

RAFAEL GUERRA DE MELO

**Comunicação pública, participação social e paridade
participativa - O caso do *Prós e Contras***

Orientadora: Prof.^a Doutora Carla Isabel Agostinho Martins

Co-orientadora: Prof.^a Doutora Carla Alexandra Oliveira Rodrigues Cardoso

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia

Lisboa

2019

RAFAEL GUERRA DE MELO

**Comunicação pública, participação social e paridade
participativa - O caso do *Prós e Contras***

Dissertação defendida em provas públicas na
Universidade Lusófona de Humanidades e
Tecnologias no dia 28/01/2020, perante o júri
nomeado pelo Despacho de Nomeação nº 20/2020 de
17 de janeiro, com a seguinte composição:

Presidente: Prof. Doutor Jorge Correia Jesuíno
(ULHT)

Arguente: Prof.^a Doutora Maria José Pereira da Mata
(ESCS/IPL)

Orientadora: Prof.^a Doutora Carla Isabel Agostinho
Martins (ULHT)

Vogal: Prof.^o. Doutor Jorge Bruno da Costa Ventura

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologia da Informação

Lisboa

2019

Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores.
Paulo Freire, *Pedagogia do Oprimido*.

Um galo sozinho não tece uma manhã:/ ele precisará sempre de outros galos./ De um que apanhe esse grito que ele/ e o lance a outro; de um outro galo/ que apanhe o grito que um galo antes/ e o lance a outro; e de outros galos/ que com muitos outros galos se cruzem/ os fios de sol de seus gritos de galo,/ para que a manhã, desde uma teia tênue,/ se vá tecendo, entre todos os galos. João Cabral de Melo Neto, *Tecendo a Manhã*, poema publicado no livro *A educação pela pedra*.

Dedico este trabalho à minha esposa Vita Guimarães Mongiovi por todo apoio, emocional e intelectual, dado durante todos os momentos deste mestrado. Do lado de lá ou de cá do Oceano Atlântico, sua presença e ajuda foram fundamentais para que eu conseguisse finalizar esta empreitada. Obrigado por tudo.

Agradeço às professoras orientadoras desta dissertação, Carla Cardoso e Carla Martins, pelas elucidações e principalmente por me ajudarem a encontrar caminhos de escrita quando me encontrava em supostos ‘becos sem saída’, aos professores Jorge Bruno e Jorge Correia Jesuíno, ambos pela disponibilidade imediata e pelos conhecimentos transmitidos, à minha família e amigos, aos colegas do mestrado, à professora Fátima Campos Ferreira e à Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Estado de Pernambuco que permitiu a minha licença para realização do mestrado.

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre comunicação pública e participação social a partir do conceito de paridade participativa proposto pela filósofa norte-americana Nancy Fraser. O conceito de comunicação pública é amplo, mas para esta dissertação foram utilizadas questões referentes aos sistemas públicos de comunicação, mais especificamente a televisão pública. O referencial teórico aqui proposto aparece como uma sugestão de ampliar os debates sobre comunicação pública, uma vez que a paridade participativa é mais comumente utilizada na área da filosofia e do direito. Como objeto de estudo de confrontação com as reflexões teóricas propostas, neste trabalho analisa-se o programa de televisão *Prós e Contras*, transmitido há 17 anos pela RTP 1, o canal principal do sistema público de televisão português. Foram analisados os 20 primeiros programas exibidos no ano de 2019.

Palavras-chave: Comunicação Pública; participação social; paridade participativa.

Abstract: *The present work aims to reflect on public communication and social participation from the concept of parity of participation proposed by the North American philosopher Nancy Fraser. Public communication it's a broad concept, but for this dissertation we used questions related to public broadcasting, more specifically to public television. The theoretical approach proposed here appears as a suggestion to broaden the debates on public communication, since parity of participation is more commonly used in the area of philosophy and law. As object of confrontational study with the proposed theoretical reflections, this paper analyses the television show Prós e Contrás, broadcasted 17 years ago by RTP 1, the main network of the Portuguese public television system. The first 20 programs shown in 2019 were analysed.*

Keys word: *Public communication; social participation; parity of participation.*

Índice

Introdução	10
Capítulo 1 – Comunicação Pública	14
1.1 – Enquadramento Teórico	14
1.2 – Televisões Públicas e Sistemas Públicos de Comunicação	17
1.3 – Televisão Pública – Para quê e para quem?.....	18
1.4 – Sistema Público de Comunicação em Portugal.....	22
1.5 – Os canais e a programação da RTP	25
1.6 – Pierre Bourdieu – <i>Sobre a Televisão</i>	28
Capítulo 2 – Paridade participativa	31
2.1 – Conceito de paridade participativa	31
2.2 – Visão tridimensional de justiça – Redistribuição, reconhecimento e representação	32
2.3 – Paridade participativa e comunicação pública: entrecruzando conceitos	36
Capítulo 3 – Democracia e Participação Social na comunicação social	40
3.1 – Democracia	40
3.2 – Participação social	42
3.3 – Esfera Pública	44
Capítulo 4 – <i>Prós e Contras</i>	46
4.1 – Abordagem Metodológica	46
4.2 – Referencial de amostragem – Os 20 primeiros programas de 2019	48
4.3 – A estrutura do Programa.....	55
4.4 – Categorização	58
4.5 – Análise aprofundada de três programas	67
4.6 – Análise e discussão dos resultados	75
Conclusões	79
Bibliografia.....	83
Apêndice	I

Índice de quadros

Quadro 1 - Atribuições das instâncias de participação na RTP.....	24
Quadro 2 - Episódios do Prós e Contras analisados nesta pesquisa.....	50
Quadro 3 - Categorias de cada um dos episódios analisados.....	60
Quadro 4 - Convidados e profissão/ocupação.....	62

Introdução

O trabalho aqui proposto tem como objetivo estudar a comunicação pública e a participação social de forma interligada, abordando de maneira mais específica a televisão pública, partindo do pensamento do sociólogo francês Pierre Bourdieu sobre o tema, e fazendo uma análise mais ampla sob a ótica do conceito de paridade participativa da filósofa norte-americana Nancy Fraser.

A pesquisa tem um caráter teórico importante e esta parte tem como subsídios principalmente a revisão de literatura e o cruzamento de conceitos e teorias variados sobre comunicação pública e participação social. Também há uma importante parte empírica na pesquisa, através da análise dos 20 primeiros episódios de 2019 do programa de televisão *Prós e Contras*, veiculado pela emissora Rádio e Televisão de Portugal (RTP 1), como forma de investigar na prática alguns conceitos trabalhados ao longo da discussão teórica.

A questão central da pesquisa foi analisar e acrescentar uma reflexão sobre a importância da comunicação pública, especificamente a televisão pública, para as democracias através do estímulo à participação social. A ideia foi propor um debate com o campo da filosofia, mais precisamente os conceitos criados, debatidos e levantados por Nancy Fraser, o que se apresenta como uma abordagem não muito usual para o campo da comunicação pública.

O problema principal da pesquisa se encontra nas promessas de participação social vertidas em diversos documentos, como as cartas deontológicas das estações de televisão, documentos da Unesco, e de estudos sobre o assunto e a realidade praticada pelas emissoras ao redor do mundo. As promessas de inclusão, garantia de diversidade, de democracia e de participação da sociedade são cumpridas?

As respostas, ou não respostas, a esta pergunta constituíram, já de partida, alguns limites para esta pesquisa. O próprio conceito de comunicação pública é muito vasto e pouco preciso, o que impossibilita afirmações categóricas sobre se as promessas são cumpridas ou não. Portanto, o alcance deste trabalho, como já foi supracitado, foi o de fazer uma análise sob a ótica da revisão teórica e apresentar um novo olhar reflexivo sobre a comunicação pública, a partir de conceitos filosóficos - paridade participativa, principalmente - que ainda não são

comummente usados no campo dos estudos da comunicação social, além de aplicar esta reflexão ao objeto de estudo empírico escolhido, no caso, os 20 primeiros episódios do programa *Prós e Contras* de 2019.

Pretende-se, assim, ampliar o debate sobre comunicação pública e participação social com o uso de teorias e conceitos que não são comumente utilizados de forma interligada nestes campos. Para isto, foram usados como objeto de estudo os sistemas públicos de comunicação, mais especificamente a televisão pública em Portugal, para fazer uma reflexão sobre as possibilidades de participação social, a partir do conceito de paridade participativa proposto pela filósofa norte-americana Nancy Fraser.

A participação social que interessa para este estudo não é apenas a participação direta do telespectador de um determinado programa, através dos canais diretos de participação – carta, telefone, e-mail, redes sociais, ou até mesmo a participação ao vivo em um auditório. Interessa também a capacidade que a comunicação pública e a televisão pública têm de formar cidadãos que participem ativamente da vida democrática de um país. É uma visão mais ampla que busca ideias vinculadas não só à participação, mas a princípios como visibilidade e inclusão. A busca é pela análise das possibilidades que a televisão pública tem de funcionar como arena de debate público na sociedade.

É importante ressaltar que o objetivo deste trabalho se encaixa tanto no mundo das ideias quanto no mundo prático, já que o resultado desta pesquisa consiste na apresentação de um novo olhar reflexivo sobre a comunicação pública que tenha como base a participação da sociedade, além de uma análise específica sobre o programa de debate *Prós e Contras*.

O estudo é descritivo, de caráter de revisão de literatura, trata da análise das diretrizes da comunicação pública e de questões teóricas e conceitos como esfera pública, democracia deliberativa, democracia comunicativa, participação social e, principalmente, a questão da paridade participativa proposta por Nancy Fraser. Portanto, é um trabalho qualitativo, de confronto entre conceitos e teorias. Além da revisão de literatura, como já citado, a pesquisa também teve como objeto de estudo o programa *Prós e Contras*, exibido pela RTP 1. Como já referido, foi realizada uma análise do conteúdo dos 20 primeiros episódios de 2019 do

programa, na tentativa de exemplificar, na prática, algumas questões teóricas discutidas previamente¹.

A escolha por este viés mais teórico se justificou pela percepção de que qualquer tentativa de aferição da participação social na televisão pública, no caso específico da RTP, poderia enviesar os resultados, já que os parâmetros do que seria uma participação social suficiente, ou satisfatória, é uma coisa que ainda não existe ou, se existe, se encontra em um campo mais das ideias do que da prática. De toda forma, foram utilizados dados do organismo público português de supervisão dos meios de comunicação social, a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) que produz relatórios sobre pluralismo político e realiza auditorias anuais ao serviço público de rádio e televisão.

A organização do trabalho se dá em duas partes: a primeira de enquadramento teórico e conceitual, composta pelo capítulo 1, de características histórica e teórica, na qual foram discutidas as questões dos conceitos e a evolução da comunicação pública, da televisão pública e do Sistema Público de Comunicação em Portugal, ou seja, a RTP; e pelos capítulos 2 e 3, onde foram abordados os conceitos de participação social e paridade participativa, com foco no pensamento de Nancy Fraser. Na segunda parte foi realizada uma análise empírica, de características mais prática e analítica. Composta pelo capítulo 4, é na segunda parte que se faz uma análise de um conjunto de episódios do programa *Prós e Contras*, exibido pelo canal RTP1, confrontando os dados levantados com as diretrizes da própria RTP para o programa, além de usá-los como forma de refletir na prática sobre o conteúdo discutido ao longo deste trabalho. Para esta última parte, foi realizada uma entrevista com a jornalista e moderadora do programa Fátima Campos Ferreira. Trechos da entrevista foram utilizados na discussão dos resultados da análise empírica.

Por fim, nas conclusões finais apontam-se as reflexões e possíveis contribuições para este debate que julgamos ser fundamental para o aprimoramento das democracias, da comunicação pública e da participação social, sob a ótica da paridade participativa, além de se indicar as limitações do estudo realizado. O entrecruzamento entre os conceitos sobre

¹ A recolha dos dados, no caso os programas, foi feita através do sítio eletrónico da RTP - RTP Arquivos, que disponibiliza de forma gratuita o conteúdo produzido pela emissora. <https://www.rtp.pt/play/p5337/pros-contras>.

comunicação pública, participação social e paridade participativa se mostraram pertinentes e a escolha do *Prós e Contras* como objeto de observação empírica acertada, já que os 20 episódios ofereceram uma robusta base de dados para análise.

1. Comunicação Pública

1.1 – Enquadramento conceitual

As definições e os conceitos sobre comunicação pública são diversos, não há um entendimento consolidado e preciso, apesar de haver muitos debates em torno deste campo de estudo da comunicação. Há questões nebulosas que nascem da dificuldade de distinção entre comunicação pública, comunicação governamental, comunicação estatal, e a própria comunicação comercial, guiada pelas necessidades do mercado, que alguns também podem chamar de comunicação pública, e suas próprias intersecções. Conceituar a comunicação pública é uma tarefa complexa. No entanto, esta mesma complexidade permite a extração de várias abordagens teóricas e reflexões sobre a sua prática nas diferentes perspectivas do campo comunicacional (Matos, 2013, p. 6).

Apesar disso, é possível pinçar algumas linhas de pensamento convergentes sobre a comunicação pública que apontam para questões basilares como a diversidade de conteúdo, a participação da sociedade, alternativa às redes de televisão comerciais, além da visibilidade e inclusão dos que estão, comumente, alijados das grandes media (Nobre & Filho, 2016, p. 383). O pesquisador colombiano Juan Jaramillo Lopez, na sua *Proposta Geral de Comunicação Pública*, aponta para três traços comuns nos diversos enfoques que são dados para comunicação pública: primeiro, é uma noção de comunicação associada a alguma compreensão do público; segundo, atua em diferentes cenários, entre os quais se destacam o estado, o político, o organizacional e os media; e terceiro, para este trabalho o mais importante, que é uma ideia ligada a princípios como visibilidade, inclusão e participação (Lopez, 2012, p. 2).

Portanto, apesar das diversas abordagens que existem no que diz respeito à comunicação pública, estes pontos em comum servem como base para o início deste trabalho. Podemos usar, como ponto de partida para este trabalho, a afirmação de Marina Koçouski, em um dos textos que compõe a publicação *Comunicação Pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas*, organizado pela pesquisadora da Universidade de São Paulo Heloísa Matos:

“Comunicação pública é uma estratégia ou ação comunicativa que acontece quando o olhar é direcionado ao interesse público, a partir da responsabilidade que o agente tem (ou assume) de reconhecer e atender o direito dos cidadãos à informação e participação em assuntos relevantes à condição humana ou vida em sociedade. Ela tem como objetivos promover a cidadania e mobilizar o debate de questões afetas à coletividade, buscando alcançar, em estágios mais avançados, negociações e consensos.” (Koçouski, 2013, p. 54)

Mas antes de definir qual o conceito que servirá como base para este trabalho, é preciso discutir mais alguns aspectos referentes à comunicação pública. A diferenciação das diversas abordagens e a definição de um conceito para este trabalho é fundamental para que esta pesquisa se faça inteligível. Por exemplo, a comunicação pública pode se referir à comunicação da instituição pública, por meio da comunicação institucional para promoção da imagem, a publicidade e a comunicação normativa de um órgão público; pode se referir à comunicação política feita pelos partidos políticos, principalmente nos períodos eleitorais (Kunsch, 2013, p. 6). Além dessas duas referências, a comunicação pública pode ainda ser uma referência à comunicação social, quando é “caracterizado pela presença de atores estatais ou privados envolvidos em questões de interesse recíproco, quer na obtenção de vantagens particulares e organizacionais, quer na consecução de ações afeitas fundamentalmente à sociedade como ente coletivo” (Kunsch, 2013, p. 7). Tomando como base estas três possibilidades de conceitos de comunicação pública, a terceira apresentada, da comunicação social, é a que de fato interessa para este trabalho.

Também é importante destacar que a definição, ou tentativa de definição, de comunicação pública para este trabalho deve estar sempre associada às questões ligadas à participação social. Por tanto, é importante citar novamente Jaramillo López que coloca os princípios democráticos e o interesse público como questões fundamentais para definir o que é a comunicação pública. Para o colombiano, a comunicação só é pública de verdade se resultar de sujeitos coletivos, ainda que estejam representados ou se expressem por meio de indivíduos; e se a comunicação for inclusiva e participativa, voltada sempre para a construção do que é público (Lopez, 2012, p. 7).

Se há autores que consideram a comunicação pública até certo ponto, sinônimo de comunicação política e comunicação das instituições públicas, ou comunicação governamental, há os que diferenciam por completo estes conceitos. Esta clara separação também pode ajudar na tentativa de encontrar uma denominação de comunicação pública com

um enfoque mais apropriado para a presente pesquisa. Neste caso, a comunicação governamental, a comunicação política e a comunicação pública assumiriam cada uma seu lugar. A governamental é a que trataria especificamente do fluxo comunicacional entre os poderes executivos e a sociedade; a política diria respeito ao discurso e à ação que visam à conquista da opinião pública por meio de ideias e ações que tenham relação com o poder (Lopez, 2012, p. 7); e, por fim, a comunicação pública que seria a responsável pela interação e o fluxo comunicacional de temas vinculados ao interesse coletivo (Duarte, 2011, p. 146).

Apesar do afunilamento de ideias, da tentativa de chegar a um denominador comum, ainda existem muitas zonas cinzentas, uma vez que os conceitos de comunicação pública ainda estão sendo construídos por pesquisadores e as interpretações podem ser variadas de acordo com o ponto de vista adotado (Lopez, 2012, p. 2). O conceito de comunicação pública, ou como questiona a pesquisadora Marina Koçouski, conceito ou expressão?, pode ser associada à esfera pública - Habermas e a Esfera Pública serão tratados mais à frente no Capítulo 3 -, assim como à comunicação realizada pelo estado. Apenas com relação a essas duas associações, as zonas cinzentas/interseções são enormes. Pode-se dizer, por exemplo, que a comunicação pública acontece na esfera pública, mas não é a esfera pública, e o público não se resume ao estatal, embora o estatal seja público, o que transformaria a comunicação estatal em uma subcategoria da comunicação pública (Koçouski, 2013, pp. 53,54).

Seguindo com as definições/distinções, a comunicação pública é aquela referente aos assuntos de interesse da coletividade, que acontece no espaço público, que se afasta das finalidades mercadológicas (Koçouski, 2013, p. 54). A comunicação pública pode ser realizada pelo Estado, terceiro sector, sociedade civil organizada, além de envolver profissionais do jornalismo, publicidade e propaganda e relações públicas. Em alguns lugares, e o Brasil é um exemplo disso, a comunicação pública muitas vezes é, conceitualmente, confundida com a radiodifusão ou com os Sistemas Públicos de Comunicação.

E é a partir da constatação de mais uma zona cinzenta que se passa para uma outra etapa de conceituação que é a dos sistemas públicos de radiodifusão, mais especificamente para a Televisão Pública, já que o foco principal desta pesquisa é a análise da comunicação pública e da participação social a partir da televisão pública em Portugal.

Antes de mudar o foco, é necessário fazer uma tentativa de resumo da proposta de conceito que, doravante, será o utilizado sempre que o termo comunicação pública for citado nesta dissertação. Portanto, neste trabalho fechamos o conceito de comunicação pública como a comunicação social, feita com participação do Estado, mas não só por ele - também por empresas, pelo terceiro sector e pela sociedade civil - ligada a princípios como visibilidade, inclusão e participação, buscando o interesse público e tentando sempre não ser guiada prioritariamente por questões mercadológicas.

1.2 Televisões públicas e Sistemas públicos de Comunicação

A televisão pública, desde sua criação (em um desenvolvimento quase natural das emissoras públicas de rádio), desempenha um importante papel cultural, social, económico e político na sociedade contemporânea. Na Europa, as experiências foram diversas e o exemplo considerado mais bem sucedido é o caso britânico, com a BBC e o seu lema, ‘formar, informar e divertir’. Apesar das diferenças entre os exemplos europeus, esta tríade da BBC serviu como base clássica para o serviço público de televisão no velho continente (Carvalho, 2009, p. 24).

Assim como acontece no conceito de comunicação pública, não há um entendimento bem definido sobre qual é a natureza do sistema público de comunicação. Mesmo o termo em inglês, *Public Service Broadcasting* pode guardar diferentes sentidos, dependendo da ótica e da realidade de cada país (Valente, 2009, p. 25). O Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, na tentativa de fazer um balizamento conceitual do sistema ou serviço público de comunicação, trabalha com seis concepções do que seria a media pública: a elitista; educativa; pública não estatal; pública como alternativa aos media comercial; culturalista; e aparelhos de estado.

A primeira concepção proposta, a elitista, serviu como base para a montagem da maioria dos sistemas europeus e tem como pressuposto a ideia de que a elite política, económica e social tem a capacidade de definir o que é melhor para o conjunto da sociedade com o objetivo de diminuir as desigualdades culturais. Já a educativa funcionaria como uma ferramenta para ampliar a formação da população, concepção muito utilizada nos países da América Latina. A alternativa ao modelo comercial, que seria por exemplo o norte da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), enxerga a televisão pública como uma forma de

atingir uma multiplicidade de públicos e pensar em demandas informativas e culturais específicas para cada um deles, focando-se, desta forma, na diversidade. Neste caso,

“(...)a mídia pública apresenta outros referenciais que podem qualificar a condição do receptor, em relação às mensagens dos meios comerciais, seja pelas apresentações de outras versões, daquela informação, seja pelo estímulo frequente à reflexão crítica acerca dos fenômenos, bem como de seus relatos” (Valente, 2009, p. 35)

A concepção sistema público não-estatal diz mais respeito às questões político-administrativas do que ao conteúdo em si. Neste caso, é montada uma estrutura de funcionamento na qual o sistema se protege tanto das influências do Estado, quanto do mercado. Esta visão tem forte influência do conceito de esfera pública criado pelo filósofo alemão Jürgen Habermas. Atualmente, este é o modelo consagrado dos sistemas de comunicação da Europa (Valente, 2009), no qual conselhos gerais autônomos compostos por membros da sociedade têm a palavra final na administração das emissoras. Já o modelo culturalista, baseado na realidade latino-americana, é marcada por dois aspectos: ‘natureza autônoma e o compromisso cidadão com a diversidade cultural’. Por fim, os media públicos como aparelho de estado estaria ligada a uma visão marxista do mundo, tendo a luta de classes como base para definir os media públicos como forma de garantir os interesses gerais do Estado (Valente, 2009, p. 40).

As concepções propostas pelo Interviços no livro *Sistemas Públicos de Comunicação no mundo: experiências em 12 países e o caso brasileiro* são uma tentativa de balizamento teórico/conceitual, mas é importante ressaltar que cada um dos sistemas públicos não necessariamente se encaixa em apenas um dos modelos, havendo interseções entre eles e até características que não foram apontadas em nenhum dos casos. Como pode-se perceber quando se analisa mais profundamente o sistema público de comunicação de Portugal, através da RTP.

1.3 – Televisão pública – Para quê? Para quem?

Dentro do atual estágio de desenvolvimento dos conceitos e das práticas da esfera pública, a televisão ocupa espaço de destaque como local de possibilidade de debates, assim como as emissoras funcionam como ferramentas que influenciam e são influenciadas pela

opinião pública (Lopes, 2008, p. 75). Há um potencial enorme para que os cidadãos participem da vida em sociedade através da televisão. Um sistema público de comunicação vigoroso é um dos passos imprescindíveis para o fortalecimento das democracias (Vários autores, 2009). A autora Felisbela Lopes chama a atenção para uma promessa de participação que, desde o fim do século XX, se apresenta e que tem a televisão como peça chave para a renovação da democracia através da participação social cidadã (Lopes, Loureiro, Neto, & Ribeiro, 2012, p. 88). No entanto, a autora, que realizou um estudo que trata dos canais generalistas da televisão portuguesas, entre eles a RTP, apresenta um resultado pessimista em relação a essa promessa de participação, onde o que se vê é que a televisão ainda é feita, maioritariamente, para o público e não com o público. (Lopes, Loureiro, Neto, & Ribeiro, 2012, p. 96)

O documento da Unesco que aponta diretrizes para o funcionamento ideal das televisões e rádios públicas, intitulado *Public Broadcasting Why?, How?*, afirma que a razão de ser deste tipo de comunicação é servir o público. Ressalta também que as televisões e rádios públicas devem falar para cada um dos indivíduos como um cidadão, além de encorajar o acesso e a participação das pessoas na vida (esfera) pública (Unesco, 2000, p. 7). Os princípios que devem orientar as emissoras públicas de televisão devem ser exaustivamente buscados para que as metas deste tipo de serviço público sejam alcançadas. São eles: a universalidade, diversidade, independência e distinção, este último no sentido de se diferenciar das emissoras comerciais. Estas, hegemônicas em alguns países, como é o caso do Brasil, são caracterizadas por seguirem exclusivamente a lógica “da produção de audiências para a venda de anúncios publicitários em detrimento do atendimento das diversas necessidades do público” (Vários autores, 2009, p. 33).

A universalidade diz respeito à acessibilidade do serviço a todos os cidadãos; a diversidade é para os gêneros de programas, os públicos-alvo e os assuntos discutidos; e a independência é em relação tanto às pressões comerciais quanto às pressões políticas (Unesco, 2000). As questões de inclusão democrática e participação social são temas centrais do documento, assim como a representação das minorias.

Em Portugal, o documento principal que orienta o funcionamento da rádio e televisão pública é o Contrato de Concessão do Serviço Público de Rádio e Televisão, publicado em 2015 pelo Estado português e pela concessionária. Também é possível notar no extenso documento várias citações que reforçam o caráter democrático e inclusivo que deve ser

mantido pelas emissoras públicas portuguesas. Na alínea J, o contrato cita o Tratado de Amesterdão, assinado em 1997, onde se afirma que “a radiodifusão de serviço público nos Estados-membros se encontra diretamente associada às necessidades de natureza democrática, social e cultural de cada sociedade (...)” (Portugal & RTP, 2015, p. 2). O documento afirma ainda que a comunicação pública deve ser pluralista e acessível a todos, procurar atingir amplas audiências, funcionar como fator de coesão e integração de todos os indivíduos, grupos e comunidades sociais, ser guardião da diversidade da cultura, entre outras recomendações. Entre estes dois documentos há muitas convergências e todas apontam para um modelo ideal que, na prática, talvez esteja longe de ser alcançado.

Uma vez reconhecida a existência de tais princípios, cabe a reflexão sobre a sua real implementação nos serviços públicos, de modo a garantir à audiência uma atenção direcionada à cidadania, que favoreça a participação e acesso à vida pública.

Este trabalho tem como objeto de estudo o caso da televisão pública de Portugal, as possibilidades de participação social e a inclusão do conceito de paridade participativa de Nancy Fraser no debate do campo da comunicação pública, tendo como pano de fundo a RTP e, mais especificamente, o programa transmitido pela RTP 1 *Prós e Contras*. Neste sentido, o objetivo deste estudo é contribuir para a reflexão sobre os papéis democráticos da comunicação pública. Quais são as promessas e quais são os resultados entregues à população.

Isto posto, é necessário, no âmbito deste trabalho, se voltar para as questões de participação e inclusão da sociedade. Como já foi supracitado, o próprio contrato de concessão explicita e exige, pelo menos na teoria, que as emissoras de televisão e rádio públicas garantam amplo acesso ao público, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades (Portugal & RTP, 2015), o que torna necessário voltar os olhos para questões relacionadas com a inserção das minorias tanto como público-alvo, quanto como partes do processo que é fazer a programação de uma emissora de televisão pública (televisão feita com o público e não apenas para o público), visibilidade, diversidade de temas, entre outros.

Felisbela Lopes, em 2005, coordenou um trabalho com outros investigadores sobre como a TV portuguesa está tentando cumprir o desafio da promessa de participação. O trabalho não é focado apenas na TV pública, mas a RTP é uma das emissoras investigadas. O resultado, como já citado, aponta para um cenário negativo no que diz respeito à participação

social. A RTP é a emissora que apresenta melhores números de participação dos telespectadores, mas longe de cumprir o papel que deveria ser o de um serviço público de televisão. O trabalho analisou especificamente, no caso da RTP, a programação dos canais RTP 1, de programação generalista, e da RTP Informação (hoje RTP 3), focado no jornalismo.

“Não é muito expressiva a vontade dos canais portugueses em fomentar a integração dos telespectadores. Pelo contrário. No que diz respeito à TV generalista, apenas encontramos canais de participação na RTP1 e em número muitíssimo reduzido” (Lopes, Loureiro, Neto, & Ribeiro, 2012, p. 92). O estudo aponta ainda que a RTP faz este trabalho apenas “ao nível da programação semanal em formatos de debate que são emitidos de forma regular (*Prós e Contras* e *Serviço de Saúde*) ou em momentos em que emerge uma noticiabilidade atípica que justifica uma determinada emissão (*Especiais Informação*)” (Lopes, Loureiro, Neto, & Ribeiro, 2012, p. 92). Ainda de acordo com o artigo de Felisbela Lopes, o telefone, o e-mail e as redes sociais são os meios mais utilizados para a participação dos telespectadores. “Por norma, trata-se de uma solicitação pontual, circunscrita a um assunto e integrada numa pequena parte das emissões” (Lopes, Loureiro, Neto, & Ribeiro, 2012, p. 92).

Os resultados foram publicados em artigo de 2012. Não são números muito distantes, cronologicamente falando, mas cabe a este trabalho fazer uma análise temporalmente mais próxima. O foco deste trabalho é um debate de ideias em torno da comunicação pública e da participação social e teve como parte prática a análise de 20 episódios do programa *Prós e Contras* exibidos no primeiro semestre de 2019. Ao analisar, mesmo que de forma recortada, a atual grelha de programação da RTP, a ideia é dar um olhar mais contemporâneo possível, além de buscar informação no relatório anual de auditoria mais recentemente publicado pela Entidade Reguladora para Comunicação Social (publicado em 2019, referente ao ano de 2017), além de ampliar o conceito do que seria participação e inclusão social. No estudo de Felisbela Lopes, por exemplo, o conceito de participação é usado de forma literal, por exemplo, quando um telespectador consegue ter uma entrada direta na programação, seja por telefone, e-mail, ou redes sociais, entre outros formatos de participação. Para este trabalho, as formas de participação e, conseqüente inclusão social, podem se dar de forma mais ampla.

1.4 Sistema Público de Comunicação em Portugal

O Sistema Público de Comunicação de Portugal é provido pela Rádio e Televisão de Portugal (RTP) que nasceu da junção de duas empresas: a Radiotelevisão Portuguesa, responsável pela operação das emissoras de TV, e a Rádio Difusão Portuguesa, responsável pela operação das emissoras de Rádio. Nascida no período ditatorial do então presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar, a RTP passou por diversos momentos diferentes, tanto no que diz respeito ao conteúdo quando ao modelo de gestão e formas de participação. Em seu longo livro sobre a RTP – *A RTP e o Serviço Público de Televisão* (2009) – fruto da sua tese de doutoramento, Alberto Arons de Carvalho faz um detalhado estudo sobre a história da RTP, sempre analisando em paralelo a história da televisão pública na Europa e as especificidades da televisão pública em Portugal. A primeira parte do livro atravessa meio século de história dividindo o serviço público de televisão de Portugal em três fases: a era do monopólio, a era da concorrência e a transição para a era digital. Naturalmente, o autor se foca em questões de contexto político e econômico abordando a relação da RTP com o governo ditatorial, como a RTP reagiu ao 25 de abril de 1974, passando, posteriormente, pelo fim do monopólio televisivo em Portugal, até chegar à atual realidade da RTP.

Em um segundo momento, Arons de Carvalho foca nos modelos de governação e de financiamento dos operadores de serviço público e as especificidades portuguesas, algo que, para o presente trabalho, é mais relevante.

Alberto Arons de Carvalho destaca o fato de que, desde o início, a RTP optou por um modelo de empresa de economia mista. Mais uma vez o autor faz um longo trajeto por várias décadas até chegar ao período pós-2003, quando é, segundo Arons, definido um novo modelo de financiamento e se inicia a recuperação da empresa que vivia uma crise que ocupava espaço central na agenda política do país. Nesta época, a RTP vivia uma grave crise de identidade e a opinião pública considerava a emissora uma “devoradora de dinheiros públicos e com um custo bem superior ao seu contributo social” (Carvalho, 2009, p. 388). Entre 2003 e 2008, a empresa se beneficia de um contexto televisivo favorável que permite a melhoria da qualidade da sua programação e, conseqüentemente, da sua imagem perante a sociedade. “A acesa concorrência entre os dois operadores privados, afastava-os cada vez mais do perfil exigível a um operador de serviço público, permitindo à RTP recuperar o seu espaço próprio e

a sua legitimidade” (Carvalho, 2009, p. 390).

O investigador português Nuno Conde publicou um estudo recentemente chamado *O Papel do Estado português nos Media*, dentro de um trabalho maior intitulado *O Setor dos Media no Espaço Lusófono*, organizado por Rita Figueiras e Nelson Ribeiro. O trabalho de Nuno Conde também é importante pela contemporaneidade, o que permite algumas atualizações em relação ao trabalho de Alberto Arons de Carvalho. Nuno Conde tratou da evolução do papel do Estado Português nos media entre 1974 e 2014. É importante destacar deste trabalho a análise que é feita em relação à questão da independência do sistema público de comunicação português face ao poder político. O investigador explica que durante o XVII Governo Constitucional – entre 2005 e 2009 - houve uma tentativa de reformulação do modelo de gestão da concessionária dos serviços públicos com o objetivo específico de garantir independência efetiva em relação ao poder político (Conde, 2019, p. 996). Apesar desta tentativa de reformulação administrativa, o trabalho de Nuno Conde aponta para uma falta de independência do Sistema Público de Comunicação português, nestas quatro décadas analisadas, sempre dependente dos humores do governo, ora de centro direita, ora de centro esquerda. Esta falta de autonomia, segundo o autor, fez com que houvesse contínuas alterações dos objetivos programáticos da RTP.

Com relação ao modelo de financiamento, seguindo o histórico do modelo misto, a RTP, uma sociedade anônima de capitais públicos, passa a ser financiada através de indemnização compensatória e parte do imposto da contribuição do audiovisual. A publicidade comercial continua a existir restrita a seis minutos por hora. Em 2008 foi assinado, entre o Estado português e a RTP, um contrato de concessão do serviço público de rádio e televisão (Carvalho, 2009, p. 392), que ficou em vigor até a reestruturação feita em julho de 2014. Na ocasião, o parlamento aprovou novo estatuto, que entre outras alterações, criou o Conselho Geral Independente (CGI),

“(...)com competências de supervisão e fiscalização interna do cumprimento das obrigações de serviço público de rádio e televisão, previstas no contrato de concessão, cabendo-lhe ainda o conselho de administração e respetivo projeto estratégico para a sociedade, bem como definir as linhas orientadoras às quais o mesmo projeto se subordina” (Conde, 2019, p. 1061).

Após processo de consulta pública, o novo contrato foi celebrado entre o Estado Português e a RTP em 6 de março de 2015.

As mudanças alteraram a Lei n.º 8/2007, mas esta ainda define o modelo de gerenciamento da RTP que a regulamenta por meio de três tipologias diferentes de participação. O primeiro são os órgãos sociais compostos por uma assembleia geral, um conselho de administração e um fiscal único. A segunda tipologia é o conselho de opinião formado por 29 membros, e a terceira são os provedores do ouvinte e do telespectador (Valente & Azevedo, 2009, p. 218). No quadro abaixo pode-se ver um resumo das atribuições de cada uma destas instâncias de participação:

Quadro 1 – Atribuições das instâncias de participação na RTP

Órgãos Sociais	Conselho de Opinião	Provedores
Assembleia geral – É formada por acionistas com direito a voto. A lei define que cada mil ações dá direito a um voto;	- Garante a participação da sociedade civil e é formada por 29 membros, eleitos ou indicados;	- São ouvidores para os ouvintes e telespectadores escolhidos pelo Conselho de Administração;
Conselho de administração – É responsável pela organização técnico-administrativa da RTP e do gerenciamento do quadro de pessoal;	- É formado na sua maioria por membros indicados por associações e outras entidades representativas da sociedade;	- Precisam ter seus méritos reconhecidos pela sociedade e ter comprovada atuação pelo menos nos últimos cinco anos na área da comunicação;
Fiscal único - Responsável por exercer a fiscalização da sociedade é eleito em assembleia geral, que também elege o suplente. Cabe ao fiscal revisar as contas da entidade e solicitar anualmente uma auditoria.	- 10 membros são eleitos pela Assembleia da República; os outros 19 se dividem entre representantes de associações do poder público, de sindicatos, da sociedade civil, de especialistas na área, entre outros.	- Entre outras atribuições, os provedores devem zelar pela ética profissional na RTP, representar e defender a perspectiva dos ouvintes e telespectadores, além de promover a boa imagem das emissoras.

Fonte: Valente e Azevedo, 2009, pp. 218-221

Além destas três esferas de divisão é importante falar da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC). A ERC foi criada pela Lei 53/2005, de 8 de Novembro, tendo entrado em funções com a tomada de posse do Conselho Regulador a 17 de Fevereiro de 2006. A ERC não tem atuação exclusiva sobre a RTP, mas sobre todas as organizações que realizem atividades de comunicação social em Portugal e tem como objetivo regular e supervisionar as entidades de comunicação social portuguesas. Em relação à RTP, a ERC, por exemplo, além da regulação e supervisão impõe alguns limites ao Conselho de Administração da concessionária no que diz respeito à nomeação e destituição de funcionários responsáveis pela grade de programação e pelo conteúdo.

“De forma a alcançar o seu objectivo primordial - a regulação e supervisão de todas as entidades que prossigam actividades de comunicação social em Portugal - a ERC foi constituída como uma pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio, com natureza de entidade administrativa independente” (ERC, erc.pt, 2019).

1.5 Os Canais e a programação da RTP

Atualmente, a RTP conta com oito canais de televisão, fora as várias emissoras de rádios. A RTP 1, RTP 2, RTP 3, RTP Memória, RTP Madeira, RTP Açores, RTP Internacional e RTP África. Os principais canais do sistema são os canais 1 e 2, sendo o primeiro mais generalista com o objetivo de competir com as demais emissoras comerciais portuguesas, e o RTP 2 com uma programação mais cultural (Vários autores, 2009, p. 224). Apesar disso, para fins de uma análise mais ampla sobre questões de participação social e inclusão, é importante verificar as áreas de atuação dos demais canais da RTP.

A RTP 1 tem origem na RTP original, quando o serviço contava apenas com um canal, inaugurado em 1957 (Carvalho, 2009, p. 26). Com mais de 60 anos de existência, a RTP 1 é um canal generalista e atualmente se dedica maioritariamente a programações voltadas para a informação, conteúdos de ficção e entretenimento. A grelha é formada por tipos de programas que, em uma observação superficial, não se diferenciam muito da programação de televisões privadas. Sem entrar no mérito da qualidade, a RTP 1, assim como os demais canais generalistas portugueses, apresenta programas jornalísticos, programas de auditório, jogos e debates sobre futebol e filmes como suas principais atrações do horário nobre. As séries de produção nacional também têm sido uma grande aposta recentemente. Ao observar a grelha de programação da RTP 1, chama atenção a ausência de telenovelas durante o horário nobre, que é definido consensualmente entre as 20h e as 23h (este assunto será detalhado mais à frente). A participação direta dos telespectadores, segue se apresentando de uma forma pontual, sem grandes destaques dentro da programação, com exceção do programa *Voz do Cidadão*. É na RTP 1 que é transmitido o programa *Prós e Contras*, nas noites de segunda-feira, que será objeto de análise mais profunda no Capítulo 4 desta dissertação.

Já a RTP 2, fundada em 1968, tem como slogan a marca “Culta e Adulta”. A programação é focada em cultura, informações especializadas, conhecimento e programação para crianças. O canal, de acordo com própria empresa, pretende ser um elo entre a sociedade

e a RTP, uma vez que se propõe ser um serviço alternativo aberto à sociedade civil (Valente & Azevedo, 2009, p. 226). A RTP 3 é um canal totalmente focado em informação e se assemelha aos demais canais de outras emissoras privadas que se dedicam a transmitir notícias 24 horas por dia.

A RTP como um todo se destaca mais pelo seu perfil regionalista, do que pela diversidade de temas, como é comum em outros sistemas públicos de comunicação na Europa (Valente & Azevedo, 2009, p. 224). Os demais canais apontam para este perfil. A RTP Açores, assim como a RTP 1, também é um canal generalista, inclusive com parte da programação sendo compartilhada com a RTP 1. No entanto, as questões econômicas e culturais referentes ao arquipélago dos Açores comandam a programação da emissora, que tem sua sede instalada na Ilha de São Miguel, local onde é produzida grande parte da programação exibida pelo canal. A RTP Madeira tem um perfil semelhante ao da RTP Açores, com uma forte característica generalista, programação produzida na Ilha da Madeira com foco nas especificidades regionais da população local.

Já a RTP África tem como objetivo produzir conteúdo para os países da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). A emissora produz conteúdos diversos com enfoques informativos, culturais, de entretenimento, além da produção de documentários. A RTP Internacional tem como estratégia focar em telespectadores que falam a língua portuguesa ao redor do mundo. A programação é diversificada, unindo características tantos dos canais 1 e 2 da RTP, quando as aspectos mais regionalistas das emissoras dos Açores e da Madeira, mantendo ainda parceria para a retransmissão de programas de canais comerciais portugueses, como a SIC e a TVI. Por fim, a RTP Memória é um canal que resgata as mais de seis décadas da RTP reproduzindo programas antigos, acrescentados de debates que têm como objetivo manter viva a história da televisão pública em Portugal.

Para dar um enfoque de análise mais voltado à participação social, foco desta dissertação, fez-se a escolha de trabalhar apenas com os canais 1, 2 e 3, bem como se fez necessário um estudo esmiuçado sobre o longo documento produzido pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social – a Auditoria à Empresa Concessionária do Serviço Público de Televisão, RTP – Rádio e Televisão de Portugal, S.A. De acordo com o relatório que dá conta do ano de 2016, a concessionária cumpriu a generalidade das obrigações vertidas

no Contrato de Concessão do Serviço Público de Rádio e Televisão (ERC, [erc.pt](#), 2016). No entanto, o que se vê na leitura do documento é uma espécie de aprovação com ressalvas. Uma série de incumprimentos ou cumprimentos parciais são apresentados em cada um dos canais da RTP. Um exemplo que é importante citar, tendo em vista o caráter inclusivo desta obrigação, é o da garantia de programas com interpretação por meio de língua gestual portuguesa. A RTP1 não cumpriu suas obrigações; a RTP 2 cumpriu parcialmente; e a RTP3 foi a única das três analisadas que cumpriu na totalidade (ERC, [erc.pt](#), 2016).

A participação social e a inclusão das minorias não são conceitos de fácil mensuração. De toda forma, quando analisa o item da Concessão que trata dos “Espaços regulares dedicados à promoção da cidadania, esclarecendo os telespectadores dos seus direitos e deveres de participação na vida pública, incentivando-os ao seu exercício e cumprimento, designadamente nas áreas política, educativa, cívica, ambiental e associativa” (ERC, [erc.pt](#), 2016), o relatório da auditoria afirma que a RTP cumpriu com suas obrigações, levando em conta o número de exibição e as médias mensais.

Em um documento ainda mais recente, o Relatório de Regulação 2018 da ERC, pode-se observar quais as funções específicas de vários canais de televisão e quanto tempo cada uma das emissoras garante a cada um dos temas. A RTP 1, por exemplo, deve conceder espaço à informação, ao entretenimento de qualidade, à transmissão de caráter cultural e à sensibilização dos telespectadores para os direitos e deveres enquanto cidadãos (ERC, [erc.pt](#), 2018, p. 395). De acordo com o relatório, dos 8.326 programas exibidos, 56% são focados no entretenimento, 42% na informação, enquanto que apenas 2% dos programas são para formar, promover e divulgar (ERC, [erc.pt](#), 2018, p. 402). Já a RTP 2, é colocada pela ERC como uma alternativa à oferta da RTP 1, com uma forte componente cultural e formativa, além de ser mais aberto à participação da sociedade civil (ERC, [erc.pt](#), 2018, p. 396). 51% do tempo da programação televisiva foi dedicada ao entretenimento, 36% a informar, 10% a formar e 3% a promover e divulgar (ERC, [erc.pt](#), 2018, p. 402). Chama a atenção a presença majoritária do entretenimento nos dois principais canais televisivos da RTP.

O Relatório de Regulação de 2018 da ERC também destaca que a divulgação de programação plural em horários de maior audiência é uma das obrigações da RTP1 e de seus serviços de programas generalistas. Neste horário específico, compreendido entre as 20 horas

e as 23 horas, o serviço noticioso é o que mais tem espaço, seguido dos concursos/jogos e das transmissões desportivas. Estes três gêneros somados são responsáveis por 57% da programação da RTP 1 em horário nobre, sendo os outros 43% divididos por outros gêneros (ERC, *erc.pt*, 2018, p. 395).

Por fim, é importante ressaltar da grelha da programação da RTP o programa *Voz do Cidadão*, de responsabilidade de Jorge Wemans, o atual Provedor do Telespectador. O programa é exibido em todos os canais do Serviço Público de Televisão, reflete o tratamento dos casos mais significativos trazidos à apreciação do Provedor pelos telespectadores em cada semana. De acordo com carta assinada pelo próprio Jorge Wemans, publicada de forma fixa no site da RTP, o papel do provedor é receber opiniões, críticas e sugestões dos telespetadores e encaminhá-las para os responsáveis da RTP que mais diretamente as devem ter em conta, ou dar-lhes resposta. “Procuro garantir que tal resposta é efetivamente dada. Comento as sugestões recebidas e respondo diretamente aos espetadores sempre que nisso haja conveniência. Divulgo publicamente as opiniões dos telespetadores que julgo mais relevantes” (Wemans, 2017).

O programa tem como propósito realizar o debate público das questões e assuntos mais significativos, além de trazer à tona os principais desafios que a televisão e o Serviço Público de Televisão enfrentam, chamando a esse debate peritos, críticos e profissionais do audiovisual. É um programa que, naturalmente, dá destaque e promove a participação do telespetador na arena pública de debate, além de se focar nas questões específicas do próprio meio de comunicação, realizando reflexões sobre as novas tecnologias e novas formas de consumo da televisão.

1.6 Pierre Bourdieu - Sobre a televisão

Se as definições conceituais sobre a comunicação pública são pouco precisas e diversas, o que demonstra o caráter complexo deste tema, uma pequena obra escrita ainda nos anos 90 do século XX aponta algumas questões, se não definitivas, pelo menos fundamentais, sobre a questão da televisão pública. Por tanto, esta dissertação tem como ponto de partida para a discussão mais teórica as ideias propostas por Pierre Bourdieu no livro *Sobre a Televisão*. Acreditamos que o pensamento de Bourdieu servirá como ponte para chegar ao

conceito de paridade participativa de Nancy Fraser aplicada às questões da televisão pública.

Em um momento do seu livro, fruto da transcrição de duas aulas dada pelo filósofo francês em 1996, no *Collège de France*, Bourdieu assume uma tese, a princípio paradoxal, na qual o agente da comunicação pública, em nome da democracia, deve lutar contra os índices de audiência. Bourdieu afirma que apesar de parecer paradoxal, a sua afirmação faz sentido porque

“o índice de audiência é a sanção do mercado, da economia, isto é, de uma legalidade externa e puramente comercial, e a submissão às exigências desse instrumento de marketing é o equivalente exato em matéria de cultura do que é a demagogia orientada pelas pesquisas de opinião em matéria de política” (Bourdieu, 1997, p. 96).

Apesar de não ser um livro específico sobre televisão pública, Boudieu dá bastante destaque às questões caras à comunicação pública, uma vez que dispara críticas mordazes ao modelo de comunicação comercial que se espalhou pelo mundo. O filósofo francês alerta que deve haver um esforço nos sentido de evitar que “o que poderia ter se tornado um extraordinário instrumento de democracia direta não se converta em instrumento de repressão simbólica” (Bourdieu, 1997, p. 13). O filósofo afirma ainda que a TV como um todo se tornou “uma espécie de espelho de narciso, um lugar de exibição narcísica”, na qual o mercado exerce uma censura invisível através da pressão econômica o que gera uma violência simbólica quando se afasta dos cidadãos as informações pertinentes que eles deveriam possuir para exercer seus direitos democráticos (Bourdieu, 1997, pp. 17-22).

Pierre Bourdieu segue apontando falhas da televisão comercial que, mesmo de forma indireta, indica alguns caminhos que os sistemas públicos de comunicação deveriam seguir. Para ele, a concorrência via mercado homogeneiza a produção de conteúdo e baixa o nível da televisão com um outro tipo de pressão que é a pressão da urgência. Debates verdadeiramente falsos ou falsamente verdadeiros dominam as grades de programação da televisão comercial e torna ainda mais urgente que as televisões públicas assumam seu verdadeiro papel dentro da comunicação social. Ainda de acordo com o filósofo, enquanto as televisões continuarem em busca de fatias de mercado e se pautarem exclusivamente pela concorrência, as televisões seguirão como uma força de banalização. Os jornais televisivos são usados como exemplo por Bourdieu para explicar essa banalização. Estes programas convêm a todo mundo, confirmam coisas já conhecidas e deixam intactas as estruturas mentais gerando, desta forma, um “conformismo moral, absolutamente prodigioso” (Bourdieu, 1997, pp. 64,65).

Bourdieu faz uma crítica ferrenha às notícias *fait-divers*, que, segundo ele,

“têm por efeito produzir o vazio político, despolitizar e reduzir a vida do mundo à anedota e ao mexerico, fixando e prendendo a atenção em acontecimentos sem consequências políticas, que são dramatizados para deles `tirar lições`, ou para os transformar em problemas de sociedade” (Bourdieu, 1997, p. 73).

Pierre Bourdieu acredita que a televisão deveria ser exatamente o contrário disso e passar a ter um papel fundamental na formação de um bom cidadão ao fornecer ferramentas indispensáveis para que o indivíduo possa estar em condição de compreender as leis, compreender e defender seus direitos, e criar associações sindicais.

O autor afirma ainda que “é preciso trabalhar pela universalização das condições de acesso ao universal” (Bourdieu, 1997, p. 96). Esta frase, assim como boa parte do pensamento de Bourdieu se conecta com o pensamento de Nancy Fraser, por isto passa-se a analisar agora o conceito de paridade participativa, para depois falar um pouco sobre esfera pública, democracia participativa e outros conceitos que servem como base para o pensamento da própria Nancy Fraser. São os temas que serão abordados no próximo capítulo.

2. Paridade participativa - Nancy Fraser

2.1 Conceito de paridade participativa

Enquanto fundamento teórico-conceitual, este trabalho recorre ao princípio de paridade participativa desenvolvida pela filósofa norte-americana Nancy Fraser. Sua linha de pensamento costuma estar associada à escola conhecida como teoria crítica, que remonta à Escola de Frankfurt e tem em Max Horkheimer, Theodor Adorno, Jurgen Habermas e Axel Honeth alguns de seus principais expoentes. Os trabalhos e estudos de Nancy Fraser a transformaram em uma das principais pensadoras feministas preocupadas com as concepções de justiça, e costumam ser mais utilizados no campo do direito, da filosofia e das ciências sociais e políticas. Aqui, utilizaremos os conceitos de Fraser para elucidar o debate no campo da comunicação. Entretanto, alguns estudos sobre comunicação e participação social já haviam lançado mão do pensamento de Fraser, como pode ser observado no artigo *Democracia deliberativa e reconhecimento: Repensar o Espaço Público*, da investigadora portuguesa Maria João Silveirinha, da Universidade de Coimbra.

A escolha do princípio da paridade participativa se deu pelo fato de se perceber que há um diálogo e pontos convergentes entre este conceito e as diretrizes para uma comunicação pública de qualidade encontradas em diversos documentos analisados nesta pesquisa. Na realidade, parte importante desta pesquisa é apontar quais são estes pontos convergentes e que podem contribuir e ampliar a reflexão no campo da comunicação pública. O conceito de paridade participativa desenvolvido por Nancy Fraser é basicamente o seguinte: para superar os diversos tipos de subordinação (que indivíduos ou grupos sociais são submetidos), é necessário mudar os valores que regulam a interação social, consolidando, desta forma, novos valores que promoverão a paridade de participação na vida social² (Fraser, 2000, p. 116). O conceito por si só é autoexplicativo. No entanto, é importante observar o caminho traçado por Fraser, e do que ela falava quando formulou esse princípio de paridade participativa.

² No original em inglês: "(...) to overcome status subordination by changing the values that regulate interaction, entrenching new value patterns that will promote parity of participation in social life" (Fraser, 2000, p. 116)

2.2 Visão tridimensional de justiça – Redistribuição, reconhecimento e representação

Como uma pensadora adepta à teoria crítica, Nancy Fraser parte da negação da ordem estabelecida para construir suas teorias e reflexões. No caso específico da confecção do princípio da paridade participativa, a filósofa parte da crítica aos modelos teóricos estabelecidos, no século XX, principalmente a partir do período pós segunda guerra mundial, das reivindicações por redistribuição socioeconômica e das reivindicações por reconhecimento legal ou cultural. De acordo com a autora, a luta por redistribuição dominou boa parte do pensamento sobre justiça no século XX, enquanto que a luta por reconhecimento chegou ao cenário mundial já mais no fim do século passado, a partir das décadas de 70 e 80, e a coexistência das duas não foi pacífica (Fraser, 2000, p. 107).

A autora acredita que nenhum dos dois modelos de reivindicação são suficientes para suprir as demandas de luta por justiça, assim como não acredita que eles são excludentes. A autora define a luta por redistribuição como uma política de classe, e a luta por reconhecimento como política de identidade (Fraser, 2007, p. 103), ambas legítimas e necessárias, no entanto insuficientes para alcançar os objetivos de garantir justiça às pessoas. E é exatamente ao explicar como as pessoas podem ser alijadas da plena participação social que começa a vir à tona a questão da paridade participativa.

“Por um lado as pessoas podem ser impedidas da plena participação por estruturas econômicas que lhes negam os recursos necessários para interagirem com os demais na condição de pares; nesse caso elas sofrem injustiça distributiva ou má distribuição. Por outro lado, as pessoas também podem ser coibidas de interagirem em termos de paridade por hierarquias institucionalizadas de valoração cultural que lhes negam o status necessário; nesse caso elas sofrem de desigualdade de status ou falso reconhecimento”. (Fraser, 2009, pp. 17,18).

Para entender a crítica que Fraser faz a esses modelos, é preciso elucidar o que ela entende como justiça, especificamente a partir da dimensão política de justiça. Para a filósofa, partindo do princípio do igual valor moral, a justiça necessita de arranjos sociais que possibilitem que todos participem como pares na vida social. Ou seja, para superar as injustiças é necessário desconstruir os obstáculos previamente institucionalizados que não permitem que os cidadãos participem da interação social em condições iguais – paridade - com os demais sujeitos da sociedade (Fraser, 2009, p. 17).

Fraser não nega a necessidade de uma melhor redistribuição dos bens socioeconômicos, como também não nega a necessidade das lutas por reconhecimento. A crítica dela é aos limites que cada um destes modelos tem e, talvez a principal crítica, ao caráter sectário que existe entre os defensores de cada um desses modelos. Nancy Fraser propõe uma ampliação do paradigma de justiça.

“Em vez de endossar uma de suas concepções em exclusão à outra, proponho desenvolver uma concepção ampla da justiça. A minha concepção trata distribuição e reconhecimento como distintas perspectivas sobre, e dimensões da, justiça. Sem reduzir uma perspectiva à outra, ela encampa ambas as dimensões dentro de um modelo mais abrangente e inclusivo. Como já foi dito, o centro normativo da minha concepção é a noção de paridade de participação. De acordo com essa norma a justiça requer arranjos sociais que permitam a todos os membros (adultos) da sociedade interagir uns com os outros como parceiros” (Fraser, 2007, p. 118).

Ao ampliar o paradigma de justiça, colocando a paridade de participação no centro desta discussão, Fraser propõe uma visão tridimensional da justiça. De acordo com a autora, apenas com as questões da redistribuição e do reconhecimento, o econômico e o cultural, respectivamente, a luta por justiça estaria incompleta. Seria necessário, então, acrescentar o caráter da representação, que para ela traria a questão política para dentro do debate. “O político, nesse sentido, fornece o palco em que as lutas por distribuição e reconhecimento são conduzidas”. (Fraser, 2009, p. 19)

A luta por redistribuição socioeconômica, que dominou boa parte das reivindicações por justiça no século XX, e ocupou um lugar hegemônico na gramática das políticas contestatórias durante muito tempo, começou a ser substituído pela luta por reconhecimento à medida que a globalização econômica foi se acelerando (Fraser, 2000, p. 108). Esta substituição é criticada por Nancy Fraser que propõe um modelo mais amplo, como já foi dito acima.

Se a redistribuição fala de uma melhor distribuição dos bens de consumo e dos próprios insumos econômicos, a reivindicação por reconhecimento é um pouco mais complexa. E para falar de luta por reconhecimento, é necessário utilizar o pensamento do filósofo alemão Axel Honneth. Assim como Fraser, Honneth é adepto da teoria crítica e um dos responsáveis pela atualização desta corrente de pensamento nos anos 80 do século XX, sendo um filósofo ainda bastante atuante. O projeto inicial de Axel Honneth é uma crítica ao

trabalho de Jürgen Habermas, principalmente da teoria do agir comunicativo, quando ele sugere que se faça uma mudança de paradigma, passando da questão da comunicação para o reconhecimento, além da criação de uma gramática social dos conflitos sociais (Campello, 2012, p. 103).

De forma sucinta, a abordagem de Habermas tinha como norte mudanças na esfera da comunicação, já que o filósofo acreditava que os déficits sociais eram fundamentalmente déficits comunicativos, oriundos de limitações de acesso às esferas de comunicação e participação pública. Axel Honneth critica o modelo habermasiano, ao afirmar que os déficits sociais são oriundos do caráter conflitivo da intersubjetividade, que esteve sempre relacionada aos conflitos sociais marcados por reivindicações por reconhecimento. O centro do pensamento de Honneth é a reivindicação por reconhecimento e não por comunicação/participação social, apesar destes dois últimos estarem inseridos nas lutas por reconhecimento. A ideia básica de Honneth é que o fator motivador dos conflitos sociais está na falta ou na insuficiência de relações recíprocas de reconhecimento (*apud*.Campello, 2012, pp. 104,105).

Honneth em seu livro mais conhecido, *Luta por Reconhecimento – A gramática Moral dos Conflitos Sociais*, publicado pela primeira vez em 1992, afirma que existem três esferas principais que englobam diferentes graus de satisfação e carências possibilitadas pelas relações de reconhecimento: família, onde é possível viver experiências ligadas ao amor; sociedade civil, à qual compete as experiências de solidariedade, e o Estado, onde há o reconhecimento jurídico (*apud*.Campello, 2012, p. 108). Nas palavras do próprio Honneth,

“os indivíduos se constituem como pessoas unicamente porque, da perspectiva dos outros que assentem ou encorajam, aprendem a referir a si mesmos como seres a que cabem determinadas propriedades e capacidades. A extensão dessas propriedades e, por conseguinte, o grau da autorrealização positiva crescem com cada nova forma de reconhecimento, a qual o indivíduo pode referir a si mesmo como sujeito: desse modo, está inscrita na experiência do amor a possibilidade da autoconfiança, na experiência do reconhecimento jurídico, a do autorrespeito, e, por fim, na experiência da solidariedade, a da autoestima” (Honneth, 2003, p. 272).

Com a *Luta por Reconhecimento*, Honneth lançou as diretrizes para a criação da sua ideia de teoria de justiça, inclusive com um debate público com a própria Nancy Fraser sobre redistribuição e reconhecimento que gerou muita repercussão. A filósofa americana, assim

como Honneth partiu de Habermas para criticá-lo, teve nos escritos do próprio Honneth sobre reconhecimento um dos pontos de partida para a sua interpretação que ampliava o paradigma de justiça. Se Honneth propunha uma teoria da justiça mais ampla ao ir além das dimensões normativas institucionalizadas juridicamente, Fraser, como já foi dito, incrementa o paradigma da justiça ao propor uma visão tridimensional que coloque junto as questões da redistribuição (econômica/social), reconhecimento (cultural), e representação (política).

E o que significa para Fraser a política como uma dimensão conceitualmente distinta de justiça? Ademais aos aspectos econômicos e culturais, a dimensão política aponta para outros formatos de injustiças, neste caso mais ligadas às questões de paridade de participação. Mais uma vez é necessário ressaltar que os obstáculos criados pela política à paridade participativa são diferentes dos obstáculos criados pela má distribuição e pela falta de reconhecimento, o que não significa dizer que não estão os três entrelaçados. “À medida que as regras de decisão política equivocadamente negam a alguns dos incluídos a chance de participar plenamente, como pares, a injustiça é o que eu chamo de falsa representação política comum” (Fraser, 2009, p. 21).

Falsa representação política, portanto, é o primeiro de três níveis de injustiças políticas que Nancy Fraser afirma existirem sob o ponto de vista da representação. O segundo é a questão do mau enquadramento, que concerne à questão do `quem`. Para a filósofa, há um grupo de pessoas que são alijadas do processo político e, por isso, é necessário que se crie novas arenas democráticas que abarquem aqueles indivíduos que estão fora das discussões políticas. Já o terceiro nível de injustiça política tem a ver com o `como` e está diretamente ligada ao segundo nível. Esta terceira injustiça é chamada por Fraser de falsa representação metapolítica e consiste no fracasso de institucionalizar a paridade participativa no nível metapolítico, ou seja, nos processos deliberativos e decisórios que dizem respeito ao `quem`. A grande questão levantada por Nancy Fraser é que em um mundo globalizado a luta por justiça só faz sentido se acontecer conjuntamente – redistribuição, reconhecimento e representação – dentro de um aspecto único que é a luta por democracia metapolítica (Fraser, 2009, pp. 33,34).

A luta por democracia metapolítica nasce do que Fraser chama de falsa representação metapolítica. Para a filósofa, o enquadramento de quem deve participar e como deve

participar das tomadas de decisões e deliberações do processo político democrático se constitui em uma série de injustiças, sob o olhar da paridade participativa.

“A falsa representação metapolítica surge quando Estados e elites transnacionais monopolizam a atividade do estabelecimento do enquadramento, negando voz àqueles que podem ser afetados no processo e impedindo a criação de arenas democráticas em que as reivindicações destes últimos possam ser avaliadas e contempladas. O efeito é a exclusão da grande maioria das pessoas da participação nos metadiscursos que determinam a divisão oficial do espaço político. Na ausência de arenas institucionais para tal participação, e submetida a um tratamento antidemocrático do ‘como’, é negada à maioria a chance de se envolver, em termos paritários, no processo de tomada de decisão sobre o ‘quem’” (Fraser, 2009, pp. 33,34).

Portanto, o princípio de paridade participativa é ponto fundamental desta nova abordagem de justiça proposta por Nancy Fraser. Por um lado, a paridade de participação envolve a noção de resultado, quando se pode verificar o bom funcionamento dos arranjos sociais, já que eles só se justificariam na medida que permitem que todos os indivíduos participem como pares na vida social. Por outro, a participação paritária também envolve a noção de processo, uma vez que para avaliar a legitimidade democrática das normas, é necessário um processo de deliberação justo e transparente que garanta a participação como pares de todos os indivíduos. A paridade participativa como base do modelo de justiça proposto por Fraser faz com que o foco não esteja apenas no ‘que’ da justiça, mas também no ‘quem’ e no ‘como’, o que “permite entender a questão do enquadramento como questão central da justiça em um mundo globalizado” (Fraser, 2009, pp. 36,37).

2.3 Paridade participativa e comunicação pública: entrecruzando conceitos.

O conceito ou princípio de paridade participativa, portanto, é usado por Nancy Fraser como uma ferramenta de luta para superar as diversas formas institucionalizadas de subordinação social. Para a autora, no que já foi visto neste capítulo até agora, um indivíduo ou um grupo de indivíduos podem até alcançar a igualdade econômica e serem reconhecidos culturalmente, no entanto, se não houver a capacidade de participar como um par com os demais membros da sociedade (Fraser, 2000, p. 113), uma sorte de injustiças, neste caso políticas, ainda podem acometer este indivíduo ou grupo de indivíduos.

Para o presente trabalho, uma vez já discutidas as questões como definição, contexto e entendimento do conceito de paridade participativa, é necessário aproximá-lo do campo de estudo e da gramática da comunicação pública, mais especificamente do campo do *Public Broadcasting*, ou em uma tradução aproximada, Sistema Público de Comunicação. Para esta aproximação, colocamos frente a frente algumas ideias trazidas por Nancy Fraser e o pensamento de Pierre Bourdieu, quando ele tratou da questão da televisão em seu livro *Sobre a Televisão*.

Nancy Fraser afirma que há um trabalho de instituições sociais que regulam a interação de acordo com normas culturais que impedem a paridade e que, além disso, os valores que impedem a paridade são institucionalizados em um grande número de instituições e de formas qualitativamente diferentes. A filósofa americana propõe, então, um processo de desinstitucionalização de padrões de valores culturais que impedem a paridade de participação e substituição por padrões que a promovam, mudando, a partir deste processo, os valores de interação/regulação que impedem a paridade de participação em todos os locais institucionais relevantes (Fraser, 2000, pp. 114,115).

As dimensões econômicas (distribuição), culturais (reconhecimento) e políticas (representação), para Fraser, impedem a igualdade de participação entre as pessoas e as instituições são em parte culpadas por manterem os valores que permitem esta injustiça. No caso da questão política, o enquadramento de quem está ficando de fora do debate na sociedade é muito forte. E, apesar do pensamento de Fraser ser muito ligado a discussões do campo da filosofia, ciência política, teoria da justiça, e de questões ligadas ao feminismo, a própria Fraser, em uma breve frase, já deixa uma pista de como a comunicação pública pode funcionar como uma nova arena democrática. Ao citar diversos exemplos de causas estruturais de muitas injustiças no mundo globalizado, Nancy Fraser coloca os meios de comunicação entre eles:

“Os exemplos incluem os mercados financeiros, empresas protegidas de regulamentação fiscal no país em que operam (offshores), regimes de investimentos e estruturas de governança da economia global, que determinam quem trabalha por um salário e quem não; as redes de informação dos meios de comunicação globais e cibertecnologia, que determinam quem está incluído nos circuitos do poder comunicativo e quem não está; e a biopolítica do clima, das doenças, dos medicamentos, das armas e da biotecnologia, que determinam quem viverá muito e quem morrerá cedo” (Fraser, 2009, p. 28).

Ou seja, a comunicação social, para Fraser, tem papel central na manutenção de padrões de valoração cultural que impedem a paridade de participação. E ela não fala de qualquer meio de comunicação, mas dos meios de comunicação globais, as grandes redes de comunicação comercial e é neste ponto que podemos fazer o elo com o pensamento de Pierre Bourdieu.

Retomando o pensamento de Pierre Bourdieu no livro *Sobre a Televisão*, o filósofo defende uma teoria que a princípio pode parecer paradoxal, mas que pode dialogar com a ideia de Nancy Fraser. O francês afirma que a comunicação pública, em nome da democracia, deve lutar contra os índices de audiência, já que os índices de audiência são uma sanção do mercado, da economia, uma influência externa, puramente comercial. Ora, não seria essa afirmação uma tentativa de substituição de padrões de valores culturais, como propõe Fraser? Além disso, Bourdieu alerta para a possibilidade da televisão comercial se transformar em um instrumento de repressão simbólica. Repressão esta que pode ser interpretada como impedimento de paridade de participação, como afirmou Fraser. Outra reflexão de Bourdieu, esta talvez a que mais claramente dialoga com a filósofa norte-americana, é que é necessário trabalhar pela universalização das condições de acesso ao universal. Esta não seria outra forma de falar de reivindicação por representação, ou de permitir paridade de participação?

Além do diálogo entre Pierre Bourdieu e Nancy Fraser, a questão da paridade participativa também ecoa em documentos, já analisados por esta pesquisa, que apontam diretrizes para uma comunicação pública de qualidade. O documento da Unesco, *Public Broadcasting Why? Who?* fala de questões como universalidade, diversidade e independência, por exemplo, e coloca a acessibilidade do serviço de comunicação pública para todos os cidadãos no centro do debate. Já o Contrato de Concessão do Serviço Público de Rádio e Televisão de Portugal afirma que a comunicação pública deve ser pluralista e acessível a todos. Ou seja, garantir a participação de todos no processo democrático de comunicação pública.

O exercício destes dois últimos parágrafos, que retomam ideias e citações que já haviam aparecido no primeiro capítulo deste trabalho, é no sentido de apontar para a possibilidade de usar a gramática construída e utilizada por Nancy Fraser quando trata da sua teoria tridimensional de justiça e, consequentemente de paridade participativa, no campo de

estudos da comunicação pública, especificamente dos sistemas públicos de comunicação. Para isto, utilizaremos este referencial teórico para analisar o caso do *Prós e Contras*, da RTP 1, e verificar se o conceito de paridade participativa é levado em consideração na realização do programa e como a paridade de participação pode ajudar na reflexão sobre uma comunicação pública de qualidade.

3. Democracia e Participação Social na Comunicação Pública

3.1 - Democracia

O economista indiano Amartya Sen, em seu livro *Desenvolvimento como Liberdade*, dedica um capítulo para falar sobre a importância da democracia. Logo no início, o prêmio Nobel da economia de 1998 fala de um antagonismo frequente nos debates internacionais dos anos 1990 entre os que acreditavam que atender às necessidades econômicas era mais importante que garantir liberdades políticas ao indivíduo. Amartya Sen se coloca como um pensador que acredita na preeminência das liberdades políticas e da democracia em contraponto às necessidades econômicas, afirmando ainda que a conceituação destas necessidades econômicas depende diretamente de debates públicos abertos que são, por sua vez, dependentes da garantia de liberdade política e de direitos civis básicos (Sen, 2010, p. 195).

De acordo com a tese de Amartya Sen, garantir direitos políticos e civis básicos tem uma importância direta na vida humana, gerando capacidade de participação política e social, além de exercer papéis instrumental, uma vez que aumenta a possibilidade de o indivíduo ser escutado quando expressa suas reivindicações, e construtivo, como já foi dito, na conceituação das necessidades. O economista destaca a necessidade do ser humano em ter participação irrestrita em atividades políticas e sociais, o que só pode acontecer por meio de comunicação, diálogos, liberdade de expressão e escolha democrática. A participação social é fundamental para que os dirigentes políticos de uma nação escutem verdadeiramente o povo, uma vez que só com as críticas possíveis em uma democracia, a elite política teria interesse em ouvir a sociedade (Sen, 2010, p. 201). A cineasta brasileira Petra Costa, em seu recente documentário *Democracia em Vertigem* (2019), afirma que “a democracia só funciona quando os ricos se sentem ameaçados” (Costa, 2019). Em certo sentido, é uma afirmação que dialoga diretamente com a reflexão de Amartya Sen. Para o economista indiano, além desta pressão sobre a classe dirigente, questões como garantia de discussão, debate, crítica e dissensão abertos, ou seja, participação social, estão intimamente ligadas aos “processos de geração de escolhas bem fundamentadas e refletidas” (Sen, 2010, p. 202).

O espaço público democrático deve ser um local onde os sujeitos possam, a partir de suas reivindicações políticas e sociais, lidar uns com os outros apesar de seus desacordos. E para fazer sentido, as decisões tomadas dentro de uma democracia deveriam ser justas para todas as partes envolvidas, e não apenas para uma parte, seja a parte uma minoria que tem privilégios, ou uma maioria, numérica ou cultural (Silveirinha, 2005). Portanto, para uma prática mais integral da democracia, se faz necessário um uso mais eficaz da comunicação e da participação política. É o que defende Amartya Sen que descreve a democracia como criadora de oportunidades. Estas oportunidades precisam ser bem aproveitadas para fazer a democracia funcionar para as pessoas comuns. O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, fala em `democratizar a democracia`, que seria uma radicalização da democracia. O autor reconhece que o espectro da democracia é muito amplo, não se resume ao modelo de democracia representativa que predomina no mundo atual (regime no qual os cidadãos concentram seu poder democrático na eleição dos representantes políticos), cita, por exemplo, as experiências bem sucedidas de democracias participativas, mas afirma também que mesmo o modelo usual de democracia representativa tem uma flexibilidade suficiente para deixar de ser um modelo de democracia de baixa intensidade e criar mais possibilidades de justiça social (Santos, 2016, p. 125). Portanto, a democracia, como fonte fundamental de oportunidade social, deve encorajar sempre a participação social para poder realizar seus potenciais. “A realização da justiça social depende não só de formas institucionais, incluindo regras e regulamentações democráticas, mas também da prática efetiva” (Sen, 2010, p. 209)

Apesar de não falar diretamente sobre a comunicação pública, o pensamento de Amartya Sen deixa um espaço aberto, uma lacuna que pode ser ocupada exatamente pela comunicação pública. A comunicação pública, entendida neste trabalho quase como sinônimo de sistema público de comunicação - *Public Broadcasting* -, se for realizada de forma vigorosa pode ser um ponto fundamental para o fortalecimento das democracias e ampliação da participação social. É necessário, no entanto, tentar conceituar a expressão `participação social` dentro da teoria democrática, antes de analisá-la em conjunto com as reflexões já feitas sobre comunicação pública.

3.2 Participação social

O conceito de participação social, ou o significado da expressão participação social, entendida por este trabalho é a da participação do cidadão em espaços públicos de interlocução com o Estado. É um conceito que dialoga com a promoção de uma cidadania mais ativa. A participação social, nas democracias, costumam ser garantidos por lei, como é o caso do Brasil, por exemplo, que tem na Constituição Federal de 1988 vários dispositivos que institucionalizam a participação social através de conselhos e conferências, tanto na instância federal, quanto nas locais, estados e municípios (Rocha, 2008). Exercícios de descentralização e de participação da sociedade civil nos espaços de deliberações das políticas públicas foram constantes no Brasil nos 30 anos que se seguiram à promulgação da constituição conhecida como constituição cidadã, em 1988. Este período é o mais longo de vigência de um estado de direito e de uma democracia no Brasil republicano e, apesar disso, o país não conseguiu acabar com a desigualdade, combater o racismo estrutural e institucional nem combater práticas de violência como a violência de gênero (Schwarcz, 2019, p. 24). A antropóloga brasileira Lilian Moritz Schwarcz, em seu mais recente livro, *Sobre o Autoritarismo Brasileiro*, afirma que o Brasil vive atualmente um período intolerante e violento, com diversas manifestações autoritárias e “discursos que desfazem abertamente de um catálogo de direitos civis que parecia consolidado” (Schwarcz, 2019, p. 25).

Já fazendo uma análise mais vinculada entre participação social e comunicação pública e voltando os olhos para o caso específico de Portugal, podemos verificar no Contrato de Concessão da RTP, documento já citado no capítulo anterior, diversos excertos que apontam direta ou indiretamente para a obrigação de garantir participação social no sistema público de comunicação, no caso as emissoras de rádio e televisão da RTP. O documento ressalta que a radiodifusão de serviço público deve estar diretamente associada às necessidades de natureza democrática, social e cultural de cada sociedade, bem como à necessidade de preservar o pluralismo nos meios de comunicação social. Ainda de acordo com o Contrato: a concessionária deve garantir um amplo acesso do público, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades; destaca a importância do papel do serviço público na construção das sociedades democráticas modernas; afirma que é papel da RTP otimizar o potencial e especialmente promover uma maior participação democrática, social e cultural; além de obrigar a concessionária a assumir-se como um fórum de discussão

plural e meio de promover a participação democrática alargada dos cidadãos. (Portugal & RTP, 2015)

No entanto, a promessa de participação social nas democracias representativas estão distantes de serem plenamente cumpridas. Já citamos no capítulo anterior o estudo de Felisbela Lopes sobre a promessa de participação na TV portuguesa e a visão pessimista que ela tem do não cumprimento, ou cumprimento parcial, desta promessa. O pesquisador Nico Carpentier aproveita esta distância entre o que é prometido e o que é entregue, o possível e o real, para pensar a ideia da participação social plena como o conceito lacaniano de `fantasia`, que na psicanálise mantém um contato direto com o desejo (*apud*.Nobre & Filho, 2016, p. 386). Ou seja, a promessa utópica de participação plena nas democracias seria apenas um discurso para garantir um equilíbrio maior entre os atores da sociedade, ao servir como uma meta ou um horizonte a ser atingido, mesmo sendo do conhecimento de todos que este objetivo não seria alcançado na sua plenitude (Nobre & Filho, 2016, p. 386). Assim como os princípios da comunicação pública são princípios ideais.

As reflexões e esforços teóricos sobre participação social costumam estar relacionados a uma ruptura com a ideia de uma democracia representativa que tinha como objetivo podar a energia participativa da sociedade (Nobre & Filho, 2016, p. 388). O fortalecimento da participação social, portanto, funcionaria como uma forma de ampliar as possibilidades de justiça sociais, no sentido que reflete Amartya Sen, ou de democratizar a democracia, como sugere Boaventura de Sousa Santos. Os modelos de democracia representativa que venceram os embates com outros tipos de governo durante o século XX, optaram por afastar a população das decisões governamentais. No entanto, os cidadãos comuns necessitam participar, estar presente na disputa de poder, na luta por melhores condições de vida, ou seja, no processo de alargamento das possibilidades da democracia (Nobre & Filho, 2016). Apesar da democracia representativa ter predominado até aqui, estudos, reflexões e exercícios que ampliaram as possibilidades de participação foram e continuam sendo feitas, como pode ser visto nos modelos de democracia participativa ou deliberativa propostas por Jurgen Habermas.

E se há um lugar onde a participação social deve ser ampliada e potencializada para outras esferas da sociedade, é no campo da comunicação pública e nos sistemas públicos de

comunicação, tendo em vista o que diz Heloisa Matos: “(...)a comunicação pública exige a participação da sociedade e seus segmentos. Não apenas como receptores da comunicação do governo e seus poderes, mas também como produtores ativos do processo” (Matos, 2007, p. 52). Quando se vincula a comunicação pública com a participação da sociedade, é possível fazer uma leitura da comunicação pública com uma forte dimensão performativa e pragmática, que procura ir além do debate de temas relevantes e realizar essa discussão a partir de uma perspectiva de intervenção política para tentar influenciar de algum modo a realidade social (Esteves, 2016). Dentro do funcionamento das democracias, as deliberações e as tomadas de decisões acontecem, ou deveriam acontecer, no espaço público, e a comunicação pública, inserida neste contexto, deve ser constantemente avaliada para verificar se cumpre um papel facilitador do fluxo democrático, ou se atrapalha (Silveirinha, 2005, pp. 4,5).

3.3 – Esfera pública

Para falar de comunicação pública e participação social é necessário lançar mão de alguns conceitos e refletir sobre o trabalho de autores que desde meados do século XX já vêm discutindo este tema. Esfera pública e democracia deliberativa (Jurgen Habermas), por exemplo, são fundamentais para o entendimento e para qualquer tentativa de ampliar o debate sobre os temas propostos neste trabalho. Pensar a Teoria do Reconhecimento, de Axel Honeth, também se faz importante, uma vez que é um desenvolvimento a partir de uma análise crítica do que Jurgen Habermas pensou, além de servir como preâmbulo para entrar no pensamento de Nancy Fraser, autora que debate publicamente com Axel Honeth no sentido de dar prosseguimento e ampliar as questões pensadas pelo filósofo alemão.

Para discutir o conceito de esfera pública, Jurgen Habermas continua sendo necessário, apesar de todas as críticas e revisões feitas ao seu trabalho (inclusive por ele mesmo). Ao falar da ascensão da burguesia e de como este movimento alterou estruturalmente a esfera pública (europeia), colocando o conceito de publicidade como fundamental nas relações entre o estado e o povo – publicidade mais no sentido de prestação de contas à sociedade, Habermas teorizou sobre a relação estreita entre espaço público e comunicação (Habermas, 1984). Desta forma, Habermas foi um dos teóricos que estabeleceu as bases da democracia deliberativa (Silveirinha, 2005, p. 10). O modelo de Habermas, ainda nos anos 60, já falava em comunicação ilimitada e aberta a todas as temáticas, forma pública

de debate e racionalidade do discurso visando um bem comum.

A democracia deliberativa, pensada pelo filósofo alemão, portanto, não pressupõe apenas na tomada de decisão do cidadão através do voto como forma de participação social, mas aposta no cidadão como ator político. “(...)ao invés dum acto privado como é o voto, a democracia deliberativa aposta num acto público enquanto acto político por excelência – a troca livre e pública de argumentos” (Silveirinha, 2005, p. 7). Estas formas diferentes de enxergar a democracia também geram formas diversas de interpretar o papel da comunicação. Se, em um primeiro momento, o papel dos média é apenas informar o cidadão para que ele possa decidir o seu voto, numa democracia deliberativa, os média, e mais especificamente os meios de comunicação públicos, são espaços onde o cidadão deve ter a oportunidade de, além de se informar, debater ideias. Os meios de comunicação, e ainda mais os veículos públicos, neste caso, deveriam funcionar como uma arena de participação política.

Uma outra teoria democrática é a da democracia comunicativa que alarga ainda mais o carácter participativo e de inclusão das minorias. Ao contrário da democracia deliberativa, que tem uma abordagem racional que visa a identificação mútua, a democracia comunicativa aponta para o reconhecimento e o abranger das diferenças. “A democracia comunicativa - ao contrário da democracia deliberativa que parte do princípio que a crítica e o dissenso são perigosamente disruptivos, criando divisões que precisam ser superadas - espera a diferença, a discordância e o conflito” (Silveirinha, 2005, p. 25).

Já a filósofa norte-americana Nancy Fraser chegou a sugerir uma espécie de meio termo entre as visões deliberativas e comunicativas, ressaltando sempre o carácter inclusivo das minorias como papel fundamental das ferramentas democráticas. Fraser acredita que o espaço público deve ser uma “arena discursiva paralela onde todos os membros de grupos sociais subordinados inventem e circulem contra-discursos para formular interpretações oposicionais às suas identidades, interesses e necessidades” (Silveirinha, 2005, p. 11). As minorias ganham, nesta abordagem, espaço decisivo no que deve ser discutido no espaço público. No caso, as minorias ativas que lutariam contra um *status quo* dominante (cultural, social, econômico e politicamente). É preciso, portanto, repensar espaço público para incluir “(...)as minorias no seu seio, como seu constituinte” (Silveirinha, 2005, p. 37).

4 – Prós e Contrás

4.1 – Abordagem metodológica

Para a análise prática do enquadramento teórico anteriormente discutido, foi escolhido como objeto de estudo e *corpus* de análise o programa de debates *Prós e Contrás*, exibido nas segundas-feiras à noite pelo canal RTP 1. A forma de abordagem deste material teve como referencial o livro *Pesquisa, Qualitativa com Texto, Imagem e Som – Um manual prático*, organizado por Martin W. Bauer e George Gaskell, mais especificamente o capítulo 14, denominado *Análise de Imagens em Movimento*, escrito por Diane Rose. A pesquisadora detalha um método desenvolvido especificamente para investigar representações da loucura na televisão, mas que, segundo a própria Diane Rose, tem uma aplicação mais geral que pode servir de orientação para análises diversas no campo do audiovisual (Rose, 2000, p. 343).

“Necessitamos ser muito explícitos sobre as técnicas que nós empregamos para selecionar, transcrever e analisar os dados” (Rose, 2000, p. 345). Com relação a esta afirmação, para o presente trabalho, é necessário, primeiro, esclarecer o porquê da escolha do *Prós e Contrás* para servir de objeto de estudo. Comunicação pública, participação social, sistema público de comunicação, *Public Broadcasting*, paridade participativa, democracia, cidadania, todos estes tópicos fazem parte da aparelhagem conceptual tratada neste trabalho, e já seriam suficientes para justificar a escolha do *Prós e Contrás* como uma opção de *corpus* de análise. No entanto, é importante embasar mais esta escolha. O que é exatamente o *Prós e Contrás*?

O *Prós e Contrás* é um programa de debate exibido desde 2002 pela RTP 1. Em 2019, encontra-se em sua 17^a temporada e vai ao ar nas segundas-feiras à noite, em horário nobre. Desde sempre é apresentado pela jornalista Fátima Campos Ferreira. Há reprises na RTP Internacional e todos os episódios ficam disponíveis de forma gratuita no site da RTP Play³. De acordo com o próprio site do programa,

“O *Prós e Contrás* continua a ser o debate mais alargado da televisão portuguesa! O programa de informação conduzido pela jornalista Fátima Campos Ferreira trata semanalmente de um assunto diferente, controverso e atual. É uma janela aberta sobre a sociedade portuguesa, respeitando a pluralidade de opiniões e a

³ <https://www.rtp.pt/play/p5337/e436993/pros-contras>

representação democrática. Um Ponto de encontro da cidadania!” (RTP, rtp.pt, 2019).

A definição já aponta para o diálogo entre o programa e o conteúdo deste trabalho. No entanto, é quase que uma peça publicitária para divulgar o produto. Desta forma, é preciso se voltar também para análises mais distanciadas sobre o programa.

A Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) publicou em março de 2019 um documento com a Auditoria à Empresa Concessionária do Serviço Público de Rádio e Televisão, RTP - Rádio e Televisão de Portugal, S.A., referente ao ano de 2017. Em relação ao *Prós e Contras*, a Auditoria lembra que, por lei, é exigida frequência semanal de emissão de programas de debate e entrevista. “O *Prós e Contras* mantém-se como um dos programas que concretiza a obrigação de emissão semanal de «espaços regulares de debate, com intervenção de personalidades representativas da vida política e social portuguesa»” (ERC, erc.pt, 2019, p. 8).

A Auditoria da ERC também aponta alguns temas que a RTP 1 concedeu especial relevo, entre eles está o item *Sensibilização dos Direitos e Deveres*, no qual o programa *Prós e Contras* foi o que mais contribuiu com mais de 50 horas de emissão dedicadas ao tema.

“A promoção da cidadania e da justiça social foi veiculada maioritariamente por um conjunto de programas institucionais, de entrevista e de debate. Deste conjunto de programas, destaca-se o *Prós e Contras*, o *Diga Doutor* e o *Voz do Cidadão*, que em conjunto representam cerca de 80,3% do tempo de emissão relativo à sensibilização dos direitos e deveres dos cidadãos” (ERC, erc.pt, 2019, p. 46).

Outra obrigação exigida pelo Contrato de Concessão do Serviço Público de Rádio e Televisão é que a RTP 1 garanta “espaços regulares dedicados à promoção da cidadania, esclarecendo os telespectadores dos seus direitos e deveres de participação na vida pública, incentivando-os ao seu exercício e cumprimento, designadamente nas áreas política, educativa, cívica, ambiental e associativa.” (ERC, erc.pt, 2019, p. 53). Mais uma vez, o *Prós e Contras* aparece como o principal programa que ajuda a RTP 1 a cumprir a exigência prevista no Contrato de Concessão.

Outra análise interessante do *Prós e Contras*, e que aponta para questões importantes deste trabalho, é a realizada por Felisbela Lopes ainda no início da veiculação do programa no

início dos anos 2000. De acordo com a investigado, o *Prós e Contrás* é a opção na TV portuguesa que consegue um maior equilíbrio, do ponto de vista político partidário, “mas essa paridade não corresponde a uma diversidade de interlocutores. O bilhete de entrada continua circunscrito a um grupo restrito de notáveis cujo poder (simbólico) a TV reforça pela visibilidade que deles dá” (Lopes, 2005 p. 8).

Tendo em vista os apontamentos encontrados na Auditoria da ERC, em estudos e na própria definição institucional do programa, a escolha de o *Prós e Contrás* parece acertada para tentar observar na prática as questões teóricas discutidas nos capítulos anteriores. Some-se a isso, a longevidade do programa, há 17 anos ininterruptos no ar, e o fato do *Prós e Contrás* ser tido como uma marca do serviço público da RTP (Lopes M. , 2018). Vale ressaltar também que foi anunciado, em 2018, pela direção da RTP, que o programa chegaria ao fim em dezembro do mesmo ano. Esta pareceu uma oportunidade de avaliar historicamente o *Prós e Contrás*. No entanto, até novembro de 2019, o programa segue sendo emitido, e não se sabe ainda qual decisão a direção da RTP irá tomar e qual será o futuro do programa.

A análise empírica é complementada com a realização de uma entrevista individual semi-estruturada com a professora e jornalista Fátima Campos Ferreira, moderadora do *Prós e Contrás* desde a criação do programa. É importante contextualizar o *timing* e tom desta entrevista, que se caracteriza por uma certa coloquialidade conversacional. A entrevista aconteceu no início de dezembro de 2019, depois de já ter sido feita a análise dos 20 programas. Se tivesse sido realizada antes, com certeza as perguntas teriam sido diferentes e poderia ter havido um comprometimento da análise dos programas. Da forma que foi feita, permitiu que fosse feito um contraponto dos resultados encontrados e da posição oficial da jornalista.

4.2 – Referencial de amostragem – Os 20 primeiros programas de 2019

Como amostragem para este trabalho, foi definido que seria realizada uma análise do conteúdo dos 20 primeiros episódios de 2019 do programa *Prós e Contrás*. A recolha dos dados, no caso os programas, foi feita através do sítio eletrónico da RTP - RTP Arquivos⁴ que

⁴ <https://www.rtp.pt/play/p5337/pros-contras>

disponibiliza de forma gratuita o conteúdo produzido pela emissora. Mas como e porquê foram escolhidos os programas neste intervalo de tempo?

“O processo de seleção não é simples. O que deixar fora é tão importante quanto o que se vai incluir, e irá afetar o restante da análise. As questões da omissão e da ausência eram centrais para os primeiros semiólogos” (Rose, 2000, p. 346). Definir qual o recorte que será dado é um passo importante e difícil neste tipo de pesquisa. Os critérios que devem ser usados, de acordo com o referencial adotado, podem ser temporal ou de conteúdo. No caso deste trabalho, o recorte dado foi temporal. Os 20 primeiros programas emitidos em 2019 correspondem exatamente às exibições que ocorreram no primeiro semestre do ano, sendo o primeiro exibido no dia 7 de janeiro, e o último em 24 de junho, o que, de certa forma, dá um caráter ‘redondo’ à escolha. Há também a questão da opção pelo contemporâneo, de privilegiar o momento presente, além do senso de oportunidade de centrar a pesquisa naqueles que poderiam ser alguns dos últimos episódios de tão longo programa - *Prós e Contras* continua sendo exibido e, até o dia 16 de dezembro de 2019, já havia levado ao ar 33 edições durante este ano.

Seis meses e 20 programas foi tempo suficiente para obter um material robusto, com variação de temas e convidados que gerou resultados interessantes e permitiu a realização de uma análise/reflexão sobre comunicação pública, participação social, democracia, paridade participativa, além de uma reflexão sobre os prós e contras do próprio *Prós e Contras*. É importante ressaltar que os resultados poderiam ter sido diferente caso o recorte da amostragem tivesse sido feito seis meses antes, ou seis meses depois, uma vez que:

“Cada passo, na análise do material audiovisual, é uma translação e, em geral, uma simplificação. Não há uma leitura perfeita do texto. A questão é, então, ser explícito sobre os fundamentos teóricos, éticos e práticos da técnica e abrir um espaço onde o próprio trabalho possa ser debatido e julgado” (Rose, 2000, p. 362).

No quadro 2 elencam-se todos os programas escolhidos, com os temas, as datas de exibição, descrição dos detalhes sobre o assunto discutido de acordo com o sessão da *Prós e Contras* dentro do site da RTP e os locais onde os programas foram realizados:

Quadro 2 – Episódios do Prós e Contras analisados nesta pesquisa

Prós e Contras	Data	Temas	Detalhes*	Local
Episódio 1	07/01/2019	Começar de Novo	O arranque do ano, com três atos eleitorais à vista. As greves e o clima social que envolve o país. A situação económica e o balanço das reformas da legislatura. Vamos "Começar de Novo" no Prós e Contras.	Fundação Serralves - Porto
Episódio 2	14/01/2019	Reforma do Sistema eleitoral	Se pudesse, como escolheria o seu representante no parlamento? Que competências deverá ter o seu deputado. Como deverá ser eleito? A sociedade civil quer mudar o atual sistema e tem diferentes opiniões. No ano de três eleições, o Prós e Contras debate a Reforma do Sistema Eleitoral.	Fundação Serralves - Porto
Episódio 3	21/01/2019	Descentralização	Educação, saúde, habitação, cultura, vias de comunicação, proteção civil. Está a começar a transferência de competências do Estado para autarquias e entidades intermunicipais. Como vai ficar o país depois da aplicação da nova Lei da Descentralização? Governo, municípios, freguesias, sociedade civil, juntam-se para o grande debate.	Fundação Serralves - Porto
Episódio 4	28/01/2019	A organização da proteção civil	Incêndio, sismo ou ato terrorista... Quem	Fundação Serralves - Porto

			nos protege? As forças de segurança militares e civis, bombeiros, hospitais, e comunicações. A Autoridade Nacional de Proteção Civil procura uma nova estratégia. O debate reúne governo, técnicos, especialistas e cidadãos em geral.	
Episódio 5	04/02/2019	A vida das empresas	Como vivem as empresas portuguesas? Estão mais preparadas para a próxima crise financeira? O tecido empresarial é hoje mais diversificado? Que influência vai ter o Brexit na economia?	Fundação Champaulimaud - Lisboa
Episódio 6	11/02/2019	Saúde primeiro	O Serviço Nacional de Saúde está melhor ou pior que no início da legislatura em 2015? Como é que as greves e contestação dos vários setores da saúde afetam a vida dos hospitais portugueses. O que dizem os cidadãos?	Fundação Champaulimaud - Lisboa
Episódio 7	18/02/2019	A tragédia da violência doméstica	Nove mulheres assassinadas desde o início deste ano. O que importa fazer para travar esta chaga social?	Fundação Champaulimaud - Lisboa
Episódio 8	25/02/2019	O caso da ADSE	A difícil relação da ADSE com os privados. Será que o fundo de saúde dos funcionários públicos tem capacidade e organização para convencionar os seus serviços? Estão os privados a agir em cartel aproveitando a	Fundação Champaulimaud - Lisboa

			fragilidade do Serviço Nacional de Saúde? Responsáveis da ADSE e dos hospitais privados num frente a frente.	
Episódio 9	11/03/2019	A Europa em exame	Pela primeira vez os 21 deputados portugueses no Parlamento Europeu juntos num programa de televisão. Como defendem Portugal na Europa? Que valor acrescentam à União Europeia? Que trabalho desenvolvem nos diferentes grupos parlamentares? O balanço da legislatura europeia no Prós e Contras Especial, em direto, do Parlamento Europeu em Estrasburgo.	Parlamento Europeu – Estrasburgo (França)
Episódio 10	18/03/2019	Venezuela à Beira de um Colapso	A catástrofe humanitária da Venezuela. O confronto político entre Maduro e Guaidó. As consequências da crise em Cuba e nos países do Caribe. O regresso dos portugueses.	Fundação Champaulimaud - Lisboa
Episódio 11	25/03/2019	A ameaça silenciosa	O ar que respiramos. Os mares que navegamos. Os rios que utilizamos. A devastação florestal que não travamos. Os alimentos que comemos.	Fundação Champaulimaud - Lisboa
Episódio 12	01/04/2019	Medicina convencional vs. Medicina alternativa	Homeopatia, acupunctura e outras terapias não convencionais devem integrar o Serviço Nacional de Saúde? Retrocesso civilizacional ou	Fundação Champaulimaud - Lisboa

			complementaridade? Cientistas, médicos e terapeutas, juntos no maior debate da televisão portuguesa.	
Episódio 13	08/04/2019	A genética do cancro	Tudo começa quando uma célula se torna mutante. Porque é que acontece? Há uma determinação genética ou hereditária? Ou são antes as condições que envolvem cada um de nós que propiciam essas alterações? Cancro, a palavra que assusta, mas que em muitos casos a ciência consegue tratar. Fátima Carneiro, eleita a patologista mais influente do mundo e outros médicos oncologistas vêm ao Prós e Contrás.	Fundação Champaulimaud - Lisboa
Episódio 14	15/04/2019	Quem protege a democracia?	Cada um de nós, a sociedade, a política, os Estados. Estamos a ser manipulados através do sequestro de dados? As fragilidades dos sistemas vitais. A ameaça que cerca a Europa.	Fundação Champaulimaud - Lisboa
Episódio 15	22/04/2019	Cidadania 45 anos depois?	25 de Abril sempre! A ideia permanece inspiradora? Liberdade, direitos, deveres, democracia. 45 anos depois, o espírito de Abril no centro do debate entre os mais jovens e os históricos que o fizeram e viveram.	Praça do Município - Lisboa
Episódio 16	27/05/2019	A decisão eleitoral dos europeus	A reforma do Euro. O Brexit. A vida e o futuro da União Europeia depois da	Estúdios 1 da RTP - Lisboa

			decisão eleitoral deste domingo. A caminho das legislativas, o debate sobre a vida nova dos europeus	
Episódio 17	03/06/2019	Hora de ponta	Trânsito congestionado. A poluição. O tempo que pára. Transportes públicos, automóveis grandes e pequenos, motos, bicicletas, trotinetes e um sem número de veículos. É a complexa radiografia da mobilidade nas cidades dos nossos dias. O que pode melhorar?	Fundação Champaulimaud - Lisboa
Episódio 18	10/06/2019	Portugal antes de tudo	Portugal! O que é que nos desossesga? O que nos mantém resignados? O que é que nos inquieta? O que nos trava o desenvolvimento? Porque gostamos de nós próprios? Como somos convocados para a nação portuguesa? Portugal antes de tudo o mais. O olhar dos escritores Gonçalo M. Tavares, Onésimo Teotónio Almeida, Afonso Cruz, Luísa Costa Gomes, Patrícia Reis, Francisco Lucas Pires, Joana Bértholo	Fundação Champaulimaud - Lisboa
Episódio 19	17/06/2019	Dois anos depois	Dois anos depois. O que mudou? Um novo modelo de defesa. Legislação ajustada. A estrutura operacional. A sensibilização das populações. Como protegemos pessoas	Fundação Champaulimaud - Lisboa

			e património? O que aprendemos com a tragédia dos incêndios?	
Episódio 20	24/01/2019	20 anos do Euro	20 anos depois. Como é que o Euro mudou as nossas vidas? Os reajustamentos da moeda única que vêm a caminho. O debate sobre a estratégia política do Euro como instrumento fundamental da União Europeia.	Museu do Dinheiro – Banco Central de Portugal - Lisboa

Fonte: RTP (RTP, rtp.pt, 2019) *Texto retirado da sinopse do programa no sítio da RTP

4.3 – A estrutura do programa

O *Prós e Contrás*, como já foi dito, é emitido em direto pela RTP 1, nas segundas-feiras, às 22 horas, horário considerado nobre. É retransmitido pela RTP Internacional. O programa tem duração de cerca de duas horas e é dividido em dois grandes blocos de uma hora cada. A jornalista Fátima Campos Ferreira atua como apresentadora e moderadora de todos os 20 episódios do programa escolhidos para esta análise.

A estrutura dos programas, levando em conta o recorte amostral, é semelhante em cada um deles. Após a vinheta de abertura, Fátima Campos Ferreira faz uma rápida explanação com um enquadramento do tema, em torno de um minuto de duração, e chama uma reportagem, sempre realizada pelo jornalista Jorge Almeida, que vai fazer uma apresentação mais aprofundada sobre o assunto que será debatido na ocasião. Finda a reportagem, a palavra volta para Fátima Campos Ferreira que inicia, verdadeiramente, o debate. Em alguns casos, os convidados são apresentados pela jornalista todos de uma vez antes de lhes ser passada a palavra; em outros casos, assim que volta da reportagem, a mediadora já inicia o debate passando a palavra para um dos debatedores, e cada um vai sendo apresentado assim que chega a sua vez de entrar no debate.

Cada um dos debatedores fala pelo menos uma vez, até que volta para o primeiro e este movimento circular é repetido quantas vezes forem possíveis durante as quase duas horas

de programa. Em alguns casos, o debate se torna mais acalorado e a mediadora sempre intervém para acalmar os ânimos, seja dos convidados, seja da plateia. A própria jornalista sempre emite comentários acerca das discussões. O programa tem apenas um intervalo, e na volta para o segundo bloco, Fátima Campos Ferreira reinicia o debate, do ponto que havia parado. A discussão segue até quase o último minuto do programa, quando a apresentadora, em menos de um minuto, faz suas considerações finais, agradecimentos, enquanto os créditos já começam a passar na tela, e se despede do público.

Nos episódios escolhidos, o número de debatedores que tomaram assento na bancada do *Prós e Contras* variou entre quatro e onze, sendo que o número que mais se repetiu foi o de seis pessoas por debate, fato que aconteceu nove vezes. Há sempre uma plateia que, além de interessados, também conta com convidados já previamente definidos para também participarem do debate, com alguma pergunta ou mesmo tecendo comentários. Para efeito de categorização deste trabalho, que será feito mais a frente, foram considerados debatedores apenas os que tiveram lugar na bancada montada no palco do programa, com exceção do episódio número 18, quando dois debatedores estiveram sentados na plateia por não ter lugar suficiente na bancada. No entanto, o grau de participação deles foi igual aos dos que estavam no palco.

Com relação ao local de gravação, o *Prós e Contras* é realizado, maioritariamente, em Lisboa. Dos 20 programas, 15 foram transmitidos da capital portuguesa, sendo 12 deles da Fundação Champalimaud, local oficial de realização do programa, um da Praça do Município, um do Museu do Dinheiro na sede do Banco de Portugal, e um dos estúdios 1 da RTP. Os quatro primeiros programas de 2019 foram transmitidos em direto da cidade do Porto, na Fundação Serralves. Por fim, um programa especial sobre reunião do Parlamento Europeu foi realizado em Estrasburgo, na França, onde aconteceu o encontro dos deputados europeus. Este episódio específico, o 9º do ano, transmitido no dia 11 de março, foi o único em que Fátima Campos Ferreira repartiu seu trabalho de mediação com outra jornalista, a também portuguesa Fernanda Gabriel, que mora em Estrasburgo e acompanha o Parlamento Europeu.

É importante estar atento à estrutura do programa, porque esta carrega um sentido, mas no caso da análise de material audiovisual, é importante pensar para além da estrutura e trabalhar também em termos de análise da forma narrativa (Rose, 2000, p. 360). Em alguns

casos, a estrutura narrativa na televisão pode ser aberta. No exemplo da pesquisa desenvolvida por Diane Rose que gerou o método que serviu como base para a análise da parte empírica desta dissertação, a falta de fechamento da narrativa era norma. No caso do *Prós e Contras*, um programa jornalístico de debate, a estrutura narrativa é fechada, por mais que os temas debatidos possam ficar em aberto, o que é natural pela sua natureza controversa. Como já foi detalhado, o *Prós e Contras* tem começo, meio e fim, segue um roteiro e é comandado com autoridade pela apresentadora e moderadora. O tom do programa é bastante formal, sem espaço para improvisações, apesar da liberdade que é dada para cada um dos debatedores exporem suas ideias.

Outra questão importante é contextualizar o programa em relação a sua posição na grelha da programação e à programação das emissoras concorrentes. A investigadora brasileira Itania Maria Costa Gomes realizou um esforço para criação de uma metodologia de análise do telejornalismo, dentro de um projeto maior de investigação chamado Gênero Televisivo e Modo de Endereçamento no Telejornalismo, realizado entre 2005 a fevereiro de 2008. Em artigo publicado em 2011, fruto deste trabalho, Gomes alerta:

“do ponto de vista dos valores que constituem o jornalismo como instituição social, é fundamental interrogar como se dá a conjunção entre jornalismo, sociedade e cultura, como essa conjunção interage com e reconfigura certos valores jornalísticos tomados como universais: interesse público, objetividade, atualidade, credibilidade, independência, legitimidade” (Gomes, 2011, p. 22).

O trabalho da investigadora é ainda mais explícito sobre contextualização nesta passagem.

“...demanda que a análise do produto telejornalístico seja fortemente contextualizada: contextualização do programa na grade de programação da emissora, contextualização do programa em relação à emissora, entendida enquanto marca e enquanto organização jornalística, contextualização em relação à concorrência, contextualização em relação à televisão e em relação ao jornalismo, contextualização em relação à sociedade e à cultura. Essa contextualização não deve ser um pretexto para abandonarmos o programa televisivo em prol de uma análise que, embora tome o programa como ponto de partida, rapidamente se volte para outros objetos. A contextualização deve ter como objetivo compreender o programa como produto cultural específico, enquanto conjunto de estratégias histórica, econômica, cultural, ideológica e socialmente marcadas” (Gomes, 2011, pp. 41,42).

Do ponto de vista da posição do *Prós e Contras* dentro da própria realidade da programação da RTP 1, alguns pontos já foram levantados aqui. Em primeiro lugar, é exibido em horário nobre, o que aponta para uma preocupação da emissora em levar este tipo de conteúdo para o maior número de telespectadores possível. É importante ressaltar também a longevidade do programa. Desde 2002 no ar, o ‘tempo de vida’ do *Prós e Contras* quase que coincide com uma fase mais organizada e bem sucedida da RTP, como afirma Alberto Arons de Carvalho, ao denominar o período a partir de 2003 como a de uma definição de um novo modelo e de recuperação da empresa. De acordo com Carvalho, a RTP deixa, neste período, de ser considerada, pela convicção popular, uma devoradora de dinheiro público com um custo bem superior ao seu contributo social. É neste período que diminui as controvérsias relacionadas à RTP na comunicação social e no campo político partidário. As exigências quanto à qualidade do conteúdo e quanto à gestão financeira da empresa são maiores (Carvalho, 2009). É exatamente neste período que nasce e se consolida o *Prós e Contras*.

Ainda com relação à contextualização do *Prós e Contras* dentro da própria grelha de programação da RTP 1, é importante ressaltar que não é a regra a exibição deste tipo de programa, no caso um programa de debate com caráter jornalístico e que tem como objetivo incentivar a formação do cidadão através de discussões sobre temas relevantes da sociedade. Nos horários entre 20 horas e 23h, a RTP 1 costuma transmitir programas de entretenimento, *Talk Shows*, e *Quiz* (RTP, rtp.pt, 2019).

Com relação à concorrência, a existência do *Prós e Contras* em horário nobre chama a atenção. Os canais que fazem concorrência direta com a RTP 1 são a SIC (Sociedade Independente de Comunicação) e a TVI (Televisão Independente), ambos canais abertos que atuam em cadeias de âmbito nacional. Na SIC, no horário considerado nobre da televisão, os programas que costumam ir ao ar são telenovelas, atualmente está no ar a novela brasileira *A Dona do Pedaço*, e um programa de novidades sobre famosos, *Passadeira Vermelha* (SIC, 2019). Na TVI, o quadro não é diferente: neste espaço de tempo, costumam ser exibidos duas telenovelas, atualmente estão no ar *Na Corda Bamba* e *Prisioneira* (TVI, 2019).

Para uma contextualização histórica, mais uma vez, é importante usar o trabalho de Alberto Arons de Carvalho. Como já foi abordado anteriormente, Portugal passou anos com um monopólio televisivo de caráter público, e mesmo com o fim do período salazarista, em

1974, só em 1991 é que esse monopólio foi definitivamente quebrado e as operadoras privadas começaram a suas emissões em 6 de outubro de 1992, a SIC, e 20 de fevereiro de 1993, a TVI (Carvalho, 2009). Portanto, a experiência com concorrência é relativamente nova para a RTP. No início foi confuso, mas atualmente a emissora pública parece ter achado seu campo de atuação, como podemos perceber na afirmação já citada de Alberto Arons de Carvalho. “A acesa concorrência entre os dois operadores privados afastava-os, cada vez mais do perfil exigível a um operador de serviço público, permitindo à RTP recuperar seu espaço próprio e sua legitimidade” (Carvalho, 2009, p. 390).

4.4 – Categorização

No que diz respeito à abordagem do *corpus*, foram definidas algumas categorias genéricas para realizar uma apreciação mais detalhada sobre os programas e criar critérios para a análise dos resultados, que será desenvolvida mais à frente. Os 20 programas foram divididos a partir das seguintes categorias: temas discutidos no programa, sexo dos convidados, profissão ou ocupação dos debatedores, origem étnico-racial e local de gravação do programa. Estes critérios foram pensados levando em consideração a questão do pluralismo de ideias, tão cara aos sistemas públicos de comunicação, e a questão da cidadania e justiça social, temas relacionados diretamente com a comunicação pública, mas também com o próprio *Prós e Contras*.

Com relação à temática, foram identificados, nos 20 programas analisados, oito grandes temas onde puderam se encaixar os episódios. Naturalmente, há uma intersecção de assuntos em programas que podem estar categorizados em temas distintos, fato normal se for levado em conta a interdisciplinaridade dos assuntos. Economia também é política, que pode ser gestão pública, só para dar um exemplo. Os oito temas definidos foram: Política, Economia, Saúde, Segurança Pública, Meio Ambiente, Mobilidade Urbana, Cultura e Democracia/Cidadania. Oito programas, 40% do material analisado, se encaixaram no tema Política; quatro no tema Saúde; Economia e Democracia/Cidadania tiveram dois episódios cada; e Violência doméstica, Meio Ambiente, Mobilidade Urbana e Identidade Cultural tiveram um cada. A tabela abaixo mostra esta divisão:

Quadro 3 – Categorias de cada um dos episódios analisados

Política	Saúde	Economia	Democracia	Violência Doméstica	Meio Ambiente	Mobilidade Urbana	Identidade Cultural
Ep. 1- Começar de Novo	Ep. 6 – Saúde primeiro	Ep. 5 – A vida das empresas	Ep. 14 – Quem protege a democracia?	Ep. 7 – A tragédia da violência doméstica	Ep. 11 – A ameaça silenciosa	Ep. 17 – Hora de Ponta	Ep. 18 – Portugal antes de tudo
Ep. 2 – Reforma do Sistema Eleitoral	Ep. 8 – O caso da ADSE	Ep. 20 – 20 anos do Euro	Ep. 15 – Cidadania 45 anos depois				
Ep. 3 – Descentralização	Ep. 12 – Medicina convencional X Medicina alternativa						
Ep. 4- A organização da Proteção Civil	Ep. 13 – A genética do cancro						
Ep. 9 – A Europa em Exame							
Ep. 10 – Venezuela à beira do Colapso							
Ep. 16 – A decisão eleitoral dos europeus							
Ep. 19 – Dois anos depois							

Fonte: Elaboração do autor

Na categoria Política, foram encaixados programas que trataram de questões eleitorais, como os dois primeiros episódios do ano e o 16º, além de questões ligadas à gestão pública, como os episódios três, que tratou da descentralização dos serviços públicos, quatro e 19, que trataram ambos da organização da proteção civil. Também foi encaixado nesta categoria, um programa sobre política internacional, sobre a crise na Venezuela, afora o episódio 9, programa especial transmitido em direto de Estrasburgo que contou com a presença dos deputados portugueses no Parlamento Europeu.

Saúde foi o segundo tema mais abordado durante os seis primeiros meses de 2019 pelo *Prós e Contras*. O primeiro programa a tratar do assunto foi o 6º episódio do ano, que falou sobre o Sistema Nacional de Saúde. O 8º episódio de 2019 tratou sobre o Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I.P. (ADSE. I.P.), um instituto público de regime especial e de gestão participada, integrado na administração indireta do Estado, com dupla tutela do Ministério da Saúde e do Ministério das Finanças, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio⁵. Estes dois programas são um bom exemplo dos pontos de

⁵ <https://www2.adse.pt/institucional/missao-e-atribuicoes/>

convergência entre os temas categorizados, já que saúde pública é também gestão pública e poderia ser encaixado no tema Política. A decisão de colocar este programa no tema Saúde pareceu mais apropriada, já que o foco está nas questões específicas do Sistema Nacional de Saúde. O programa exibido no dia 1º de Abril, o 12º do ano, trouxe um debate sobre medicina alternativa vs. medicina tradicional. Uma semana depois, o programa de número 13 de 2019 trouxe para o centro do debate a questão genética o cancro.

Dois programas abordaram temas de Economia, dois programas abordaram o tema, o primeiro sobre a vida das empresas portuguesas, que foi ao ar no dia 4 de fevereiro, o 5º programa do ano. O segundo foi o último da amostragem, o 20º, que debateu assuntos relacionados aos 20 anos do Euro. Democracia/Cidadania foi outra categoria a contar com dois episódios, desta vez em sequência, o 14º e 15º. O primeiro, com o título *Quem protege a democracia?*, abordou assuntos relacionados ao sequestro de dados pessoais e o segundo foi um programa especial com *Capitães de Abril* e jovens estudantes universitários que tratou sobre os 45 anos do 25 de Abril.

Por fim, quatro temas contaram com apenas um programa relacionado. No 7º do ano debateu-se a Violência Doméstica, especificamente o aumento da violência contra as mulheres em Portugal. Já o episódio transmitido em direto no dia 25 de março, com o nome *A Ameaça Silenciosa*, tratou sobre as questões relativas ao Meio Ambiente. Em 3 de junho, o *Prós e Contras* abordou o tema Mobilidade Urbana, e discutiu soluções sobre a dificuldade de se locomover nas grandes cidades na hora de ponta. Este foi o 17º episódio. E por fim, um programa, o 18º, só com escritores discutiram a Identidade Cultural no episódio intitulado *Portugal Antes de Tudo*.

Com relação ao local de exibição, como já foi detalhado acima, 15 programas foram transmitidos de Lisboa, quatro do Porto, e um de Estrasburgo, na França.

As outras categorias definidas nesta análise têm a ver com os convidados debatedores. Como já explicado anteriormente, foi definido para questões de análise que apenas os que tiveram lugar de assento na bancada foram considerados para este recorte, mesmo sabendo que alguns convidados ficam na plateia e também participam do debate, no entanto com um menor grau de envolvimento. A exceção foi no episódio 18, quando dois dos debatedores

estiveram sentados na plateia pelo fato de não haver lugar suficiente na bancada, mas tiveram o mesmo grau de participação. Nestes 20 programas analisados, 114 pessoas participaram como debatedores.

Do ponto de vista do sexo, a divisão foi a seguinte: 91 homens e 23 mulheres. Com relação a questão da origem étnico-racial, 113 pessoas brancas e uma de origem oriental. Todos eram portugueses. Com relação às profissões/ocupações foram 26 políticos; 25 professores, investigadores, reitores ou diretores universitários; 14 representantes de instituições públicas; 12 representantes de instituições e empresas privadas; nove estudantes; oito escritores; cinco médicos; quatro representantes de ONG ou do terceiro setor; quatro representantes das Forças Armadas; dois representantes do meio jurídico; dois terapeutas não convencionais, e três pessoas foram colocadas na categoria outros, porque só havia um de cada (bioquímico, uma pessoa que se apresentou como especialista em transporte e mobilidade, e uma pessoa que estava no debate para dar um testemunho pessoal).

É importante explicar melhor como foram separados os políticos dos representantes de instituições públicas. Como políticos, foram consideradas as pessoas que têm cargo eletivo, como deputados, ou que ocupam cargos de livre nomeação por parte do poder executivo, como secretários de Estado ou ministros. Para a categoria representantes de instituições públicas, foi usado o critério técnico, no caso de diretores ou funcionários de comissões ou órgãos públicos, que exercem a sua atribuição por questões técnicas e não políticas. As demais categorias estão claramente definidas. Abaixo, uma lista com o nome, gênero e ocupação de todos os participantes dos 20 programas analisados.

Quadro 4 – Convidados e profissão/ocupação

Ep1	Convidados	Sexo	Profissão/Ocupação
	Rui Moreira	Homem	Presidente da Câmara Municipal do Porto
	Rui Reis	Homem	Professor/cientista/ Dirigente do Centro de Ciências 3B/ Investigador da Universidade do Minho
	Paula Gomes da Costa	Mulher	Diretora da Cristal Software

	Paulo Sarmento e Cunha	Homem	Diretor da Casa da Música
--	------------------------	-------	---------------------------

Ep2	Convidados	Sexo	Profissão/Ocupação
	José Ribeiro e Castro	Homem	Movimento por uma democracia de qualidade
	Marina Costa Lobo	Mulher	Investigadora do Instituto de Ciências Sociais
	Manuel Meirinho	Homem	Presidente do ISCSP – Lisboa
	António Sousa Pereira	Homem	Reitor da Universidade do Porto
	Carlos Jalali	Homem	Prof. de Ciência Política da Universidade de Aveiro
	Luis Aguiar-Conraria	Homem	Prof. Economia da Universidade do Minho

Ep3	Convidados	Sexo	Profissão/Ocupação
	Carlos Miguel	Homem	Secretário de Estado das Autarquias Locais
	Almeida Henriques	Homem	Presidente da CM de Vizeu/ Vice-presidente da ANMP
	Pedro Cegonho	Homem	Presidente da ANAFRE
	Ricardo Rio	Homem	Presidente da CM de Braga
	Maria do Céu Albuquerque	Mulher	Presidente da CM de Abrantes
	Nuno Botelho	Homem	Presidente da Associação Comercial do Porto

Ep4	Convidados	Sexo	Profissão/Ocupação
	Eduardo Abrita	Homem	Ministro da Administração Interna
	Jaime Marta Soares	Homem	Presidente Liga dos Bombeiros Portugueses
	José Manuel Moura	Homem	Antigo comandante operacional da Autoridade Nacional de Proteção Civil
	Duarte Costa	Homem	Comandante Nacional da Autoridade Nacional da Proteção Civil

Ep5	Convidados	Sexo	Profissão/Ocupação
	Paulo Nunes de Almeida	Homem	Presidente da Associação das Empresas de Portugal (AEP)
	Carlos Oliveira	Homem	Empreendedor/Gestor
	Mario Ferreira	Homem	CEO da Douro Azul
	Carlos Rodrigues	Homem	Presidente do Banco BIG
	Sandra Tavares da Silva	Mulher	CEO Wine and Soul
	Fernando Alexandre	Homem	Prof. Economia Universidade do Minho

Ep6	Convidados	Sexo	Profissão/Ocupação
	Marta Temido	Mulher	Ministra da Saúde
	Manuel Antunes	Homem	Médico Cirurgião

			Cardiorácico
	Rui Guimarães	Homem	Diretor Clínico do Hospital de Barcelos
	Roberto Roncon de Albuquerque	Homem	Diretor do Centro de Referência ECMO Hospital São João

Ep7	Convidados	Sexo	Profissão/Ocupação
	Rui do Carmo	Homem	Procurador da República Jubilado
	Teresa Fragoso	Mulher	Presidente da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG)
	João Redondo	Homem	Diretor do Serviço de Violência Familiar do CHUC/Psiquiatra
	Miguel Ângelo do Carmo	Homem	Procurador Geral da República
	Susana Peralta	Mulher	Professora de Economia NOVA SBE
	Margarida Santos	Mulher	Testemunho

Ep8	Convidados	Sexo	Profissão/Ocupação
	Óscar Gaspar	Homem	Presidente Associação Portuguesa de Hospitalização Privada
	João Proença	Homem	Presidente do Conselho Geral e de Supervisão da ADSE
	Artur Osório	Homem	Médico e Administrador Hospitalar
	Marco Capitão Ferreira	Homem	Professor da Faculdade de Direito de Lisboa

Ep9	Convidados	Sexo	Profissão/Ocupação
	Carlos Zorrinho	Homem	Eurodeputado - Partido Socialista
	Paulo Rangel	Homem	Eurodeputado - Partido Social Democrata
	Ana Gomes	Mulher	Eurodeputada - Partido Socialista
	José Manuel Fernandes	Homem	Eurodeputado - PSD
	João Ferreira	Homem	Eurodeputado - Partido Comunista Português
	Nuno Melo	Homem	Eurodeputado - Partido Popular
	Marisa Matias	Mulher	Eurodeputada - Bloco de Esquerda
	Pedro Silva Pereira	Homem	Eurodeputado - Partido Socialista
	António Marinho e Pinto	Homem	Eurodeputado - MPT
	José Inácio Faria	Homem	Eurodeputado - Partido da Terra
	Ricardo Serrão Santos	Homem	Eurodeputado - Partido Socialista

Ep10	Convidados	Sexo	Profissão/Ocupação
	José Luiz Carneiro	Homem	Secretário de Estado das

			comunidades
	António Filipe	Homem	Deputado do Partido Comunista Português
	Francisco Assis	Homem	Presidente da Delegação do Parlamento Europeu para o Mercosul
	Tiago Moreira de Sá	Homem	Presidente da Comissão de Relações Internacionais do PSD
	Fernando Campos Topa	Homem	Conselheiro da Comunidade Portuguesa em Caracas
	Pe. Alexandre Mendonça	Homem	Diretor da Missão Católica Portuguesa em Caracas

Ep11	Convidados	Sexo	Profissão/Ocupação
	Bárbara Pereira	Mulher	Estudante
	Ana Carolina Silva	Mulher	Estudante
	Daniel Bento Pais	Homem	Estudante
	Gil Rodrigues Ubaldo	Homem	Estudante
	Francisca Pedrosa Salema	Mulher	Estudante
	Lucas Sampaio Esteves	Homem	Estudante

Ep12	Convidados	Sexo	Profissão/Ocupação
	Davi de Marçal	Homem	Bioquímico/ Manifesto “Por cuidados de Saúde de Base Científica
	Pedro Choy	Homem	Associação Portuguesa dos Profissionais de Acupuntura
	João Júlio Cerqueira	Homem	Médico – Fundador do site SCIMED
	Helio Pereira	Homem	Médico Ortopedista
	André Casado	Homem	Médico – Medicina Interna e Intensiva
	João Beles	Homem	Naturopata

Ep13	Convidados	Sexo	Profissão/Ocupação
	Fátima Carneiro	Mulher	Professora Catedrática FCMUP – Patologista – IPATIMUP
	Fátima Cardoso	Mulher	Presidente da Aliança Global do Cancro de Mama Avançado
	José Dinis Silva	Homem	Unidade de Investigação Clínica IPO Porto
	Luis Costa	Homem	Diretor dos Serviços de Oncologia do Hospital Santa Maria
	Sérgio Castedo	Homem	Professor de Genética da Faculdade de Medicina do Porto

Ep14	Convidados	Sexo	Profissão/Ocupação
	José Tribolet	Homem	Professor Catedrático de Engenharia Informática do IST
	Almirante Silva Ribeiro	Homem	Chefe do Estado Maior General

			das Forças Armadas
	André Azevedo	Homem	Diretor Executivo de de tecnologia da Microsoft em Portugal
	José Ferrari Careto	Homem	Diretor da área Digital da EDP
	Ana Isabel Xavier	Mulher	Professora de Relações Internacionais do ISCTE

Ep15	Convidados	Sexo	Profissão/Ocupação
	Coronel Vasco Lourenço	Homem	Presidente Associação 25 de abril
	António Rolo Duarte	Homem	Aluno de Mestrado em Filosofia na Universidade de Cambridge
	Coronel Sousa e Castro	Homem	“Capitão de Abril”
	Mariana Esteves	Mulher	Aluna de Mestrado na Nova SBE
	Coronel Carlos Matos Gomes	Homem	“Capitão de Abril”
	João Parreira	Homem	Aluno de Metrado da Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Ep16	Convidados	Sexo	Profissão/Ocupação
	Fátima Bonifácio	Mulher	Historiadora
	António Costa Silva	Homem	Professor do Instituto Superior Técnico
	Susana Peralta	Mulher	Professora de Economia da Nova SBE
	Gonçalo Matias	Homem	Diretor da Faculdade de Direito da Universidade católica
	Ricardo Paes Mamede	Homem	Professo de Economia Política do ISCTE
	André Azevedo Alves	Homem	Professor Instituto de estudos Políticos da Universidade Católica

Ep17	Convidados	Sexo	Profissão/Ocupação
	Miguel Castro Neto	Homem	Subdiretor Nova Information Management School
	Miguel Gaspar	Homem	Vereador da CML
	Paula Teles	Mulher	Presidente do Instituto Cidades e Vilas
	Mário Alves	Homem	Especialista em transporte e mobilidade
	Rio Fernandes	Homem	Professor Catedrático de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Ep18	Convidados	Sexo	Profissão/Ocupação
	Onésimo Teotónio Almeida	Homem	Escritor
	Luísa Costa Gomes	Mulher	Escritora
	Jacinto Lucas Pires	Homem	Escritor
	Afonso Cruz	Homem	Escritor

	Patrícia Reis	Mulher	Escritora
	António Carlos Cortez	Homem	Escritor
	Nuno Camarneiro	Homem	Escritor
	Joana Bértholo	Mulher	Escritora

Ep19	Convidados	Sexo	Profissão/Ocupação
	José Artur Neves	Homem	Secretário de estado da Proteção Civil
	Joaquim Sande Silva	Homem	Observatório Técnico Independente
	Tiago Oliveira	Homem	Agência para a Gestão Integrada dos Fogos Rurais
	José Manuel Moura	Homem	Antigo Comandante da ANPC

Ep20	Convidados	Sexo	Profissão/Ocupação
	Augusto Santos Silva	Homem	Ministro dos Negócios Estrangeiros
	Elisa Ferreira	Mulher	Vice-governadora do Banco de Portugal
	Luis Aguiar-Conraria	Homem	Professor da Escola Econômica e Gestão da Universidade do Minho
	Ricardo Ferreira Reis	Homem	Professor Católica Lisbon School of Business and Economics
	Ricardo Cabral	Homem	Prefessor de Economia da Universidade da Madeira
	José Tavares	Homem	Professor Nova School of Business and Economics
	Ricardo Reis	Homem	Consultor do Banco Central Europeu

Fonte: RTP (RTP, rtp.pt, 2019)

4.5 - Análise aprofundada de três programas (*A Saúde Primeiro, A Ameaça Silenciosa e Portugal Antes de Tudo*)

Nesta parte da análise, foi decidido dar foco em três programas que pareceram especialmente ligados às preocupações de todos ou da maioria dos cidadãos, além de estarem também ligados aos temas centrais desta pesquisa. Em relação a esses programas, buscou-se analisar e descrever as narrativas criadas; o papel da jornalista na moderação dos programas; o que diferencia a participação de quem está na mesa e quem está no público; a existência, ou não, de prós e contras bem definidos em relação ao tema em debate, entre outras observações. Os programas escolhidos foram os seguintes: *A Saúde Primeiro*, episódio 6º do ano, exibido no dia 11 de fevereiro; *A ameaça silenciosa*, 11º episódio do ano, exibido no dia 25 de março; e *Portugal antes de Tudo*, 18º episódio do ano, exibido no dia 10 de junho.

- *A Saúde Primeiro* (11.02.2019)

A análise mais profunda começa com o sexto episódio que foi escolhido para análise exatamente por tratar de um assunto importante para todos os cidadãos portugueses, a saúde pública em Portugal. O programa tratou sobre o Serviço Nacional de Saúde e discutiu questões como se este serviço está melhor ou pior do que no início da legislatura em 2015, ou como é que as greves e a contestação dos vários sectores da saúde afetam a vida dos hospitais portugueses. Neste programa, houve uma grande participação dos cidadãos, para além do que foi discutido entre os debatedores. Participaram do programa Marta Temido, Ministra da Saúde, Manuel Antunes, médico cirurgião cardiotorácico, Rui Guimarães, diretor clínico do Hospital de Barcelos e Roberto Roncon de Albuquerque, diretor do Centro de Referência ECMO do Hospital São João.

O fim da legislatura e os questionamentos sobre se o Sistema Nacional de Saúde (SNS) está melhor ou pior do que em 2015 foi a tema central que norteou o debate, que também discutiu questões bem específicas, como a taxa de endividamento com a indústria farmacêutica, as parcerias público-privadas no sector, as listas de espera das consultas de especialidades e das cirurgias, o acesso aos cuidados de saúde primária, a renovação tecnológica, e a qualificação e o número de recursos humanos disponíveis em todos os sectores da saúde. “O SNS é hoje sustentável?”, pergunta Fátima Campos Ferreira logo no início do debate. Após a abertura, a reportagem de Jorge de Almeida faz um apanhado dos números referentes aos quatro últimos anos na Saúde. Na reportagem, fala-se em crise e, até, em colapso do Sistema Nacional de Saúde. As greves de enfermeiros e médicos têm destaque. Fala-se de um subfinanciamento e de que é preciso repensar o estado da Saúde em Portugal. Promessas não cumpridas do primeiro-ministro António Costa são questionadas, como a universalização dos médicos de família.

Após a matéria, que aponta apenas os contras do SNS, Fátima Campos Ferreira alerta para que o debate aconteça dentro da maior integridade, já prevendo discussões acaloradas, uma vez que este é um dos temas mais caros aos portugueses e o Sistema Nacional de Saúde é uma das maiores conquistas democráticas de Portugal. Até este momento, já se pode ver que a reportagem aponta para o contra, enquanto que a apresentadora tenta equilibrar mostrando um pró do SNS. A primeira a falar é a ministra Marta Temido. A pergunta é sobre finanças e

sobre se o SNS é sustentável. A ministra afirma categoricamente que é sim, sustentável, e sublinha vários pontos positivos do SNS a partir da gestão iniciada em 2015, quando é prontamente questionada pela apresentadora, que aponta para números preocupantes sobre o Sistema. Na sequência, a palavra vai para o médico e professor Manuel Antunes, que, apesar de uma fala inicial destacando a importância do SNS, desanda a falar sobre aspectos negativos do SNS, sob o seu ponto de vista, o que faz com que Fátima Campos Ferreira o interrompa em um momento para questionar se ele não acha que o SNS está melhor agora.

Fica claro, nas duas primeiras intervenções, que a apresentadora fará um papel importante de mediadora, sem deixar que elogios ou críticas exagerados sejam feitos sem um devido contraponto. O papel da jornalista, neste episódio específico, se destaca pelo formato moderadora intervencionista. Além de fazer as perguntas, ela sempre faz intervenções pontuais procurando o contraditório.

O médico Rui Guimarães, diretor do Hospital de Barcelos, está, teoricamente, do lado dos prós do SNS mas tem, em sua fala, um tom mais neutro. Já Roberto Roncon de Albuquerque é do time do contra e não tem nada de neutro em seu discurso, afirmando logo de saída que, na sua experiência como diretor do Centro de Referência ECMO do Hospital São João, não consegue perceber o “país das maravilhas” apontado pela ministra. Após fazer enormes críticas, passa para o debate franco, fazendo perguntas direto para a Ministra, que responde, subindo um pouco o tom do debate, mas dentro da integridade pedida pela apresentadora no início.

Ou seja, apesar dos debatedores terem sido convidados com o intuito de balancear o debate, a balança pendeu mais para os contras, ficando a Ministra sozinha a apontar os prós do SNS, além da própria apresentadora tentando equilibrar as ações. Quando volta do intervalo, por exemplo, Fátima Campos Ferreira, percebendo que os contras estão prevalecendo, faz questão de afirmar que, apesar de todos os problemas apontados, o SNS ombreia com todos os sistemas de saúde europeus e, algumas vezes, é melhor que muitos deles. Aproveitando esta deixa, vai ao ar mais uma reportagem de Jorge de Almeida, que trata dos bons números e da boa avaliação do Hospital Santo António, no Porto.

Quando os convidados da plateia tiveram oportunidade de falar, a situação ficou ainda mais complicada para a Ministra. E esta participação dos convidados na plateia faz deste episódio um bom exemplo para mostrar a diferença entre os que debatem do palco, e os que participam do debate. Na plateia, com direito a fala, estavam dois enfermeiros e a responsável pela unidade de AVC do Hospital São José. O enfermeiro Fernando Barroso é o primeiro a falar. Tem um longo tempo para apresentar suas ideias, que são todas negativas, principalmente no que diz respeito às dificuldades que estes profissionais têm para trabalhar dentro do SNS. Sua fala é comentada por Roberto Roncon e pela Ministra, mas não tem direito à réplica.

Ana Paiva Nunes, médica e responsável pela unidade de AVC do Hospital São José, é a segunda convidada da plateia a ter oportunidade de participar do debate. Assim como o enfermeiro, a participação da médica é quase como um depoimento, um desabafo crítico. O tempo que ela tem direito também é longo e há comentários pelos debatedores da mesa, mas sem oportunidade de réplica. A enfermeira do bloco operatório do Hospital de São João, Mónica Reis, é a última convidada da plateia com direito à fala. A fala dela é focada na desigualdade profissional que a categoria sofre, tanto com os médicos, mas também com outros profissionais de saúde, como psicólogos e nutricionistas. Mais uma vez, um desabafo crítico e longo, seguido de debates, mas sem direito à réplica.

Portanto, pode-se afirmar que a principal diferença entre os que debatem do palco e os que participam da plateia é que os convidados da plateia não têm a oportunidade de dar sequência ao debate, apenas lançam suas ideias, reflexões ou desabafos, e este conteúdo é discutido, posteriormente, pelos debatedores e pela apresentadora. Somando a fala dos três convidados que participaram do auditório, não chegaram aos 15 minutos de participação. Apesar de não ter o mesmo peso, a presença da plateia no debate amplia o caráter democrático do programa.

Com relação ao pêndulo dos prós e contras deste episódio, pode-se afirmar que mais aspectos negativos em relação ao SNS foram levantados. No entanto, a Ministra foi a debatedora que teve mais tempo de fala, com quase 31 minutos, aproximadamente 25% do tempo do programa. Apesar de ter tido um caráter quase que de sabatina, a boa desenvoltura

da ministra e as intervenções pontuais de Fátima Campos Ferreira fizeram com que o episódio tivesse um certo equilíbrio. O episódio foi emitido da Fundação Champalimaud.

-A ameaça silenciosa (25.03.2019)

O 11º episódio de 2019 foi escolhido para análise por unir os dois critérios: ser relevante para a maioria da população e funcionar na lógica da inversão de prioridades e garantir espaço no debate para grupos que não costumam ter muito espaço, promovendo assim uma tentativa de paridade de participação. O episódio *A ameaça silenciosa* trata das alterações climáticas que comprometem as espécies animais, os ecossistemas, a água e o ar. As emissões desproporcionais de gases com efeito estufa na atmosfera tão alardeadas pelos especialistas e a ineficácia das instituições no combate à estas alterações climáticas foram o tema principal do programa que colocou no palco para debate, e aqui entra a questão da inversão de prioridades, ao invés de especialistas, jovens estudantes, universitários e do 3º ciclo, que participaram de uma greve climática para pedir medidas sustentáveis. O debate é diferente do habitual, diz Fátima Ferreira Campos logo no início do programa, e, dos 20 episódios analisados neste trabalho, foi o único que fez esta inversão dos papéis. O programa mostrou uma sintonia com o espírito do tempo, tendo em vista que a jovem ativista sueca Greta Thunberg foi eleita pela revista norte-americana *Time* a personalidade do ano.

Mais uma vez gravado na Fundação Champalimaud, o programa seguiu o padrão, abertura com Fátima Campos Ferreira, seguida do trabalho de reportagem do Jorge Almeida. Na palco, seis estudantes com o poder da palavra no debate e na plateia cientistas especialistas mais experientes que também tiveram oportunidade de participar. O debate começa com a apresentadora perguntando aos estudantes o que os levou a protestar e a resposta é no sentido de uma cobrança às instituições diante de uma suposta ineficácia no combate a este problema das alterações climáticas. Vale a pena ressaltar que o debate acontece de forma mais informal, tanto a apresentadora se preocupa menos com a apresentação dos estudantes, quanto os estudantes se preocupam menos com as formalidades de agradecimento e saudações mais tradicionais.

Os estudantes, de uma forma geral, usam o espaço dado para tentar conscientizar a população da urgência que deve ser imposta para combater os problemas ambientais. Acreditam que não está sendo dada a devida atenção ao que eles chamam de crise. ‘Se o planeta fosse um banco já teria sido salvo pelo menos três vezes’, afirma uma das estudantes.

‘Já estamos em crise, não estamos a esperar por ela’, afirmou outro jovem. ‘Esta greve é a luta pelo nosso futuro’, disse uma terceira estudante.

A questão da inversão das prioridades não é feita na mesma proporção. Antes mesmo de todos os seis estudantes falarem, um especialista na plateia já é chamado a intervir pela apresentadora. Em todos os outros programas, a participação da plateia sempre se dá de forma hierarquicamente menos importante. Neste caso, os convidados na plateia assumem um papel quase que de igualdade com os debatedores do palco.

Do ponto de vista de apresentação de argumentos prós e contras este episódio não teve um grande embate. Os estudantes tinham um discurso muito semelhante, estavam todos do mesmo lado, enquanto que as falas dos especialistas, de uma forma geral, ratificavam a fala dos jovens debatedores e confirmavam a pertinência de suas greves e protestos, quando não faziam grandes elogios à iniciativa dos jovens. Portanto, foi um programa onde a balança do prós e contras pendeu quase que totalmente apenas para um lado. Tudo correu em um clima amigável, apesar da gravidade e seriedade do tema debatido. E o debate seguiu assim, sem grandes embates, uma hora falando os estudantes, outra os especialistas na plateia.

A inversão de papéis neste 11º episódio do ano de 2019 foi o que mais perto a produção do *Prós e Contrás* chegou de promover algo parecido com a paridade de participação sugerida por Nancy Fraser, no que diz respeito às pessoas, uma vez que nos outros 19 episódios o nível de participação no debate é sempre o mesmo, pessoas que já estão no ‘*mainstream*’, que já têm possibilidade de falar em outros veículos.

- *Portugal antes de tudo* (10.06.2019)

Por fim, o mais recente dos três escolhidos, *Portugal antes de Tudo*, um programa que traz a questão da identidade cultural para o centro do debate, quando oito escritores refletem sobre Portugal, o que faz o país ser o país, “dentro e fora de portas”, nas palavras da própria apresentadora. Um programa especial, transmitido no dia em que se comemora o Dia de Portugal, sobre a forma como os portugueses se organizam enquanto nação, “o que somos e o que gostávamos de ser e o que nos falta ser”, diz Fátima Campos Ferreira, logo no início do programa. A escolha específica deste episódio para uma análise mais aprofundada se deu menos pelo tema ser de interesse da maioria dos cidadãos, e mais pela ligação que o programa

tem com os conceitos teóricos tratados nos capítulos anteriores, como paridade de participação e ainda as reflexões de Pierre Bourdieu sobre a vocação da televisão pública. Não que o tema identidade cultural não seja de interesse geral das pessoas, é, ou deveria ser, mas a forma como foi tratada a questão neste programa se destacou pela abordagem mais abstrata, em contrapartida ao formato mais prático de todos os outros temas discutidos nos 19 episódios que fazem parte desta análise.

O episódio 18 segue o padrão standard do *Prós e Contrás*. Fátima Campos Ferreira faz sua apresentação que é, imediatamente, seguida de uma reportagem que faz um enquadramento mais amplo sobre o assunto. No caso, a reportagem resgata duas entrevistas que a própria jornalista fez com outros dois escritores portugueses, António Lobo Antunes e Eduardo Lourenço. Ao final da reportagem, Fátima Campos Ferreira dá início ao debate. Participaram os escritores Onésimo Teotónio Almeida, Luísa Costa Gomes, Jacinto Lucas Pires, Afonso Cruz, Patrícia Reis, António Carlos Cortez, Nuno Camarneiro e Joana Bértholo. Portanto, cinco homens e três mulheres, de idades variadas, e com produções literárias também diversas. O mais velho deles, Onésimo Teotónio Almeida, com 73 anos, e a mais nova, Joana Bértholo, com 37 anos. Este programa, como a maioria dos episódios, foi gravado na Fundação Champaulimaud. Na bancada montada no palco para os debatedores cabem apenas seis pessoas, o que fez com que dois dos debatedores precisassem se localizar em cadeiras colocadas na plateia.

Esta foi a única vez que foi considerado para este trabalho, como debatedores, pessoas fora da bancada do palco. Não é possível afirmar se foi este o critério utilizado pela produção do programa, mas os dois convidados que sentaram na plateia foram os dois mais novos, Joana, de 37 anos, e Nuno Camarneiro, 42 anos. Após a primeira participação do primeiro debatedor, uma outra reportagem foi chamada, na qual foram reproduzidos discursos do presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, e do jornalista João Miguel Tavares, dados na manhã do mesmo dia em que este episódio do *Prós e Contrás* foi ao ar, em cerimônia realizada na cidade de Portalegre, por ocasião das comemorações do Dia de Portugal.

O programa não teve propriamente uma discussão de prós e contras, tendo em vista que o foco foi no debate de ideias acerca de assuntos, de certa forma, abstratos. Alguns dos assuntos tratados foram: o que une os portugueses; qual a identidade de Portugal; a falta de

problematização do que é o País; o probabilidade de Portugal ser um país que se deixa ir; proclamações genéricas do que é ser português; questionamentos sobre se Portugal é um país que tem medo e, por isso, culpa os outros; necessidade, ou não, da atividade política para organizar o País, no que tange a dar sentido à vida das pessoas; quais as promessas de futuro para as próximas gerações de portugueses; são os portugueses conformistas?; estão a falhar as elites?. Naturalmente, algumas opiniões se opuseram, alguma discordância foi percebida, mas o que estava em debate não eram os prós e contras, mas as reflexões de cada um dos debatedores sobre estes assuntos.

O papel da apresentadora neste programa foi fundamental, uma vez que ela trouxe à tona a maioria dos temas debatidos e conseguiu criar uma unidade narrativa ao passar a fala de um debatedor para o outro, sempre utilizando a deixa de um para dar início à participação do próximo. Após a primeira rodada, quando todos os debatedores já haviam falado, a discussão seguiu um pouco mais livre. É importante abrir um parênteses e ressaltar a força que a jornalista Fátima Campos Ferreira consegue imprimir na condução do programa. Fica claro, na observação deste 20 episódios, que a apresentadora consegue exercer um poder convocatório enorme, vide a presença de figuras ilustres da sociedade portuguesa em diversas áreas, além de exercer um papel moderador durante os programas.

Nuno Camarneiro, em sua primeira participação, já no terço final do primeiro bloco, toca em um fato que foi fundamental para a escolha deste episódio para ser um dos analisados mais densamente. ‘... dar os parabéns, porque ter oito escritores em horário nobre não é nada comum, (...) para ver um grande escritor na televisão, ou é porque ganhou um prêmio importante, ou porque morre. Nenhum de nós precisou fazer isso para estar aqui’, afirmou o escritor. Esta frase aponta diretamente para dois dos conceitos teóricos debatidos em capítulos anteriores deste trabalho. Pierre Bourdieu, no livro *Sobre a Televisão*, assume a tese de que o agente da comunicação pública, em nome da democracia, deve lutar contra os índices de audiência.

A realização deste programa, com este formato, dialoga diretamente com esta ideia proposta por Bourdieu, como fica claro nas palavras de Nuno Camarneiro, que, de certa forma, parabeniza o *Prós e Contrás*, pela coragem de colocar oito escritores no ar em horário nobre. Além disto, esta questão também dialoga com o conceito de paridade participativa de

Nancy Fraser. Para lembrar o que já foi dito, Nancy Fraser afirma que para superar os diversos tipos de subordinação que indivíduos ou grupos sociais são submetidos, é necessário mudar os valores que regulam a interação social, consolidando, desta forma, novos valores que promoverão a paridade de participação na vida social. A filósofa trata desta questão pensando mais na inclusão das minorias na participação da vida social, mas aqui podemos usar o tema Identidade Cultural, da forma que foi abordado pelo episódio 18 do *Prós e Contras*, como um assunto de interesse minoritário da população, mas essencial para a democracia e prática da cidadania, o que faz da escolha do tema e o formato utilizado, como um bom exemplo de garantir paridade de participação, neste caso do assunto, e não de indivíduos ou grupos sociais.

No próximo ponto deste capítulo será feita uma análise, além de uma discussão mais detalhada sobre os resultados obtidos em confronto com os conceitos teóricos discutidos nos capítulos anteriores.

4.6 – Análise e discussão dos resultados

Serão retomadas aqui as categorias definidas no item 4.4 desta dissertação para fazer uma análise dos resultados encontrados nos 20 episódios selecionados do programa *Prós e Contras*. O intuito não é fazer um juízo de valor, mas apontar com números algumas questões percebidas ao observar as categorias criadas, à luz do que foi discutido anteriormente sobre comunicação pública, participação social e paridade participativa. Também serão utilizados nesta parte da dissertação trechos da entrevista realizada com a jornalista Fátima Campos Ferreira, o que permite um contraponto entre os resultados encontrados nesta pesquisa e a percepção que a fundadora e apresentadora do programa tem em relação ao *Prós e Contras*.

O primeiro ponto a ser abordado é a questão da variedade temática. Em 20 programas, oito grandes temas foram abordados, política, economia, saúde, violência doméstica, meio ambiente, mobilidade urbana, identidade cultural e democracia. Mesmo a questão política, que concentrou o maior número de episódios, pode ser sub-categorizada em gestão pública, questões eleitorais e política internacional. Portanto, pode se observar uma preocupação da produção do *Prós e Contras* em assegurar a questão do pluralismo no sistema público de radiodifusão, uma obrigação imposta pelo Contrato de Concessão da RTP, já citado em

capítulos anteriores. De acordo com Fátima Campos Ferreira, a longevidade do programa permite que ela tenha liberdade em fazer episódios com temas bastante diversos. Segundo a jornalista:

“O programa tem hoje um forte poder de convocatória. Consegue convocar a sociedade. A sociedade irrita-se se houver um assunto que o programa não trate. Irrita-se e fica, ‘como é que é?’. Já é obrigatório. E, ao mesmo tempo, o programa exerce, com este poder de convocatória fácil que tem, um poder moderador nos grandes conflitos sociais e nas grandes fraturas sociais. Portanto, estas grandes questões sociais estão sempre presentes no programa, como estão, também, coisas tão simples como o amor. A importância do amor, já fiz um programa sobre isso. A importância do beijo. Os diferentes ângulos que interferem num beijo. As vezes vou aos nadas, às coisas que são nadas e levanto programas a partir daí. Obviamente que a política, a economia, questões agora de ordem ambiental, estão sempre na ordem do dia” (Entrevista com Fátima Campos Ferreira, 05.12.2019).

De toda forma, se fosse este um documento de auditoria, apontaria para um cumprimento em parte desta questão. Os temas abordados foram maioritariamente voltados para Portugal e para a Europa, com exceção de um programa sobre a Venezuela. Nada de África ou Brasil nestes 20 primeiros episódios do ano. António Lobo Antunes, em entrevista dada a Fátima Campos Ferreira em janeiro de 2015, exibida no episódio *Portugal Acima Tudo*, afirma que:

“(...)eu não me sinto muito europeu, nós não nos sentimos muito europeus,...), acho que estamos muito mais voltados para o mar, para a África. A capital mais próxima da nossa é a capital do Marrocos, eu me sinto muito mais próximo de um africano ou de um árabe, do que de um dinamarquês ou de um sueco” (Antunes, 2019).

É interessante observar que, se este trecho da entrevista foi escolhido para fazer parte de um episódio no qual se discutiu *Portugal Acima de Tudo*, é porque acreditam na relevância da fala do escritor. No entanto, nos 20 programas analisados, este olhar para fora que não seja para a Europa não foi observado, com exceção do já citado episódio sobre a Venezuela. Questionada sobre este dado, Fátima Campos Ferreira lembrou que o programa tem 17 anos e que a questão da pluralidade não pode ser observada apenas pelos 20 programas escolhidos para este trabalho, citando uma série de exemplos de episódios realizados no Brasil, na África, e mesmo na Ásia. A jornalista, no entanto, ressaltou que Portugal hoje é muito europeu, o que, de certa forma, justifica a temática predominante nos 20 primeiros episódios de 2019.

“Eu já fiz programas no Brasil, já fiz programa em Angola, em Macau, depois da passagem para China. Já fiz programas sobre Angola em Portugal. Eu importo-me com as questões africanas. Quanto ao Lobo Antunes, penso que Portugal hoje é muito europeu. É impossível não o ser, porque estamos ligados umbilicalmente à União Europeia. Todas as nossas leis e normas são alinhadas com a União Europeia, até com uma perda de soberania. Em todo caso, Portugal é, talvez, dos países europeus, talvez não, com certeza, o que mais tem relação com África. Portugal se calhar tem uma parte na Europa e uma parte em África. E quando digo em África, chamo atenção para o triângulo virtuoso. Que para nós é importante, mas eu sei que para os brasileiros não é na mesma medida. O que chamo de triângulo virtuoso, e não sou só eu que chamo, é Portugal, África e Brasil. Nós damos muita atenção ao Brasil em Portugal. Sempre demos e continuamos a dar. Muita vezes a política brasileira é muito mais noticiada em Portugal do que a política europeia. Isto denota a importância que Portugal dá ao Brasil. Mais para o Brasil do que para a África, apesar de Angola ser um país para o qual Portugal está muito vocacionado, até por razões comerciais” (Entrevista com Fátima Campos Ferreira, 05.12.2019).

Com relação às categorias relacionadas com os participantes dos debates, em primeiro lugar observa-se a questão de sexo. Dos 114 debatedores, 91 eram homens (80%) e 23 mulheres (20%). Os números são claros quanto ao desequilíbrio observado por meio deste critério de categorização. Não cabe aqui definir e apontar os motivos desta disparidade, mas não deixa de ser simbólico, em um trabalho que usa o conceito de paridade participativa de Nancy Fraser, ver esta distância enorme entre a participação de homens e de mulheres. Como já foi dito, um outro recorte poderia apontar números diferentes, mas nestes 20 programas, o que fica claro é a força do patriarcado na escolha dos convidados, mesmo como uma mulher à frente do programa. Quase 80% dos debatedores foram homens.

Se não cabe ao trabalho apontar os motivos, é importante apresentar os argumentos de Fátima Ferreira Campos que coloca a luta por igualdade entre homens e mulheres no *Prós e Contras* como um dos maiores desafios enfrentados nestes 17 anos de programa.

“A minha grande preocupação, hoje e sempre, é trazer as mulheres para o debate público. Neste últimos 17 anos tem sido um esforço enorme, as mulheres já vêm agora com muita facilidade, mas antes não vinham. Pode ser uma casualidade que haja mais homens, e é natural que sim, mas uma das grandes guerras do programa é arrastar as mulheres para o debate público. E vamos conseguindo, não digo que seja fácil, porque isto são séculos de desigualdade de gênero e, portanto, temos esta dificuldade. Estamos a tentar cada vez mais, e hoje já consigo razoavelmente, sobretudo em programas sobre educação, sobre saúde, já estão em maioria, até. As mulheres tinham receio do espaço público. Se porventura corresse mal o debate, seria mais negativo e teria mais impacto na carreira profissional de uma

mulher. Há 17 nos era assim. As coisas ainda não estão equilibradas, mas estão muito mais equilibradas” (Entrevista com Fátima Campos Ferreira, 05.12.2019).

Já com relação às origens étnico-raciais, o desnível é ainda maior. Dos 114 debatedores, 113 são brancos e um tem, aparentemente, origem oriental. Nenhum negro foi convidado para participar do programa no primeiro semestre de 2019, o que demonstra o quanto a paridade de participação não foi levado em conta nesta questão étnico-racial, tendo em vista todo o histórico colonial português e as relações que ainda mantém com países africanos de língua portuguesa. Todos também eram portugueses, sem representantes nos debates do Brasil ou de outros países lusófonos. De toda forma, esta é a análise dos 20 programas exibidos no 1º semestre de 2019, e não pode ser usado para definir o *Prós e Contras*. De acordo com Fátima Campos Ferreira na entrevista já referida, o programa costuma dar muita atenção à África e ao Brasil.

Com relação à profissão ou ocupação dos debatedores, o cardápio foi mais variado, com políticos (26), professores (24), representantes de instituições públicas (14), representantes de instituições e empresas privadas (12), estudantes (9), escritores (8), médicos (5), representantes do terceiro setor (4), representantes das forças armadas (4), representantes do meio jurídico (2), entre outros. Apesar da variedade, mais uma vez olhando do ponto de vista do conceito de paridade de participação, com exceção dos estudantes que estiveram no debate sobre o meio ambiente, os demais debatedores fazem parte de um grupo de indivíduos que já possuem diversos canais de expressão e que tiveram na oportunidade de participar do *Prós e Contras*, apenas mais um meio para expor suas ideias. Naturalmente, faz parte da concepção do *Prós e Contras* convidar pessoas notáveis, os melhores em suas áreas, para debater temas relevantes para a sociedade portuguesa. A tentativa de equilíbrio, de promover paridade participativa, neste caso, acontece com a participação da plateia. Para Fátima Campos Ferreira, o fato do programa ser transmitido em direto e ter um auditório ativo reforça o caráter democrático do programa.

“(...)o auditório permite este lado democrático, de uma forma existente ali na frente e direta. Consigo exercer de uma forma mais clara a democracia num auditório, do que estar a editar as imagens. (...)Ao fim de 17 anos isto está muito longe de ser perfeito. É uma coisa muito imperfeita, mas o foco essencial é a democracia, essa pluralidade de ângulos e opiniões e de classes sociais e pluralidade de ideias. Esse é que é o foco essencial” (Entrevista com Fátima Campos Ferreira, 05.12.2019).

5 – Conclusões

A ideia de pensar a comunicação pública e a participação social a partir do conceito de paridade participativa de Nancy Fraser foi uma decisão que se revelou extremamente proveitosa, porque mostrou possibilidades de ampliação do debate no campo da comunicação. A escolha de trabalhar com Nancy Fraser e o conceito de paridade participativa como referencial teórico desta pesquisa poderia se mostrar uma opção arriscada, já que o trabalho da filósofa norte-americana é mais voltado para questões de direito e justiça, além da inserção de minorias no palco do jogo democrático. No entanto, foi possível criar um forte e pertinente laço temático entre o conceito de paridade participativa e as discussões mais recentes no campo da comunicação pública e, mais especificamente, nos sistemas públicos de comunicação (*Public Broadcasting*).

A princípio, para contextualizar a ideia de paridade participativa dentro do campo da comunicação pública, foi utilizado o pensamento do filósofo francês Pierre Bourdieu que refletiu sobre a televisão no pequeno livro *Sobre a Televisão*. Quando tratou da televisão pública, Bourdieu afirmou que os agentes públicos, para fazer democracia através da televisão, precisavam virar as costas para os índices de audiência. Esta tese, a princípio paradoxal, sugerida pelo francês, permitiu que fosse feito o primeiro encaixe entre o conceito de paridade participativa e as necessidades da televisão pública, uma vez que Fraser defende que é necessário mudar os valores que regulam a interação social, consolidando, desta forma, novos valores que promoverão a paridade de participação na vida social.

Na luta para superar os diversos tipos de subordinação que indivíduos ou grupos sociais são submetidos, Fraser acredita que as pessoas podem ser impedidas da plena participação por estruturas econômicas que lhes negam os recursos necessários para interagirem com os demais na condição de pares, além de serem impedidas de interagirem em termos de paridade por hierarquias institucionalizadas. Ou seja, seria papel do sistema público de comunicação confrontar o *status quo* e a busca pelos índices de audiência, para dar espaço aos indivíduos e grupos sociais que são impedidos da plena participação. E dar espaço, neste caso, não necessariamente significa só dar espaço para as pessoas em si, mas para temas e assuntos que não costumam estar na pauta do dia das grandes emissoras comerciais de televisão.

Além desta conexão teórica que pode ser feita entre o pensamento de Pierre Bourdieu e Nancy Fraser, é possível perceber conexões práticas entre o conceito de paridade participativa e diversos documentos que regem as diretrizes mundiais do *Public Broadcasting*. Como foi detalhado, há um documento da Unesco, *Public Broadcasting, Why?, How?* que, entre outras coisas, afirma que as televisões e rádios públicas devem falar para cada um dos indivíduos como um cidadão, e encorajar o acesso e a participação das pessoas na esfera pública. Este documento elenca, também, os princípios que devem ser seguidos e que estão totalmente ligados com a ideia de paridade de participação, como a universalidade, que diz respeito à acessibilidade do serviço a todos os cidadãos; a diversidade dos gêneros de programas, públicos-alvo e assuntos discutidos; e a independência, em relação tanto às pressões comerciais quanto às pressões políticas. O Contrato de Concessão do Serviço Público de Rádio e Televisão e os documentos da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) sobre a RTP, como foi mostrado durante o trabalho, também dialogam diretamente com o universo de ideias que giram em torno do conceito de paridade participativa.

A paridade participativa se mostrou um conceito com potencial para ser utilizado no intuito de ampliar as reflexões sobre a comunicação pública. Ao fazer o cruzamento e ligação entre os vários conceitos já citados, foi possível criar um modelo teórico conceitual que pode ser utilizado em um objeto empírico. No caso desta dissertação, o *Prós e Contrás* serviu como objeto de estudo, mas o modelo que usa a paridade participativa como baliza para chegar a algumas conclusões pode ser utilizado em outros programas, inclusive de emissoras de televisão comerciais, e ajudar na análise de questões relacionadas à participação social, democracia e inclusão cidadã.

A escolha do programa *Prós e Contrás* como objeto de estudo empírico também se confirmou apropriado, uma vez que o programa atendia a todos os critérios da pesquisa, como ser transmitido por uma rede de televisão pública, por ser um espaço de debate e formação cidadã, por ter como princípio garantir o pluralismo de vozes na discussão de assuntos relevantes para a sociedade portuguesa, por ser transmitido em horário nobre, entre outros fatores que fizeram da escolha do *Prós e Contrás*, dentro do leque de opções da RTP, a melhor possível.

Analisando o recorte amostral escolhido para este trabalho, sob a luz da paridade participativa, chegou-se à conclusão de que em parte o programa atende esta ideia de ampliar a participação das pessoas no debate. Para visualizar melhor estas conclusões, pode-se adaptar aqui a ideia da visão tridimensional de Nancy Fraser, de redistribuição, reconhecimento e representação.

A redistribuição seria bem atendida pela diversidade de temas escolhidos, já que há realmente uma preocupação com a pluralidade de assuntos discutidos no programa. Com relação ao reconhecimento, será que as pessoas realmente se reconhecem no que está sendo discutido? Talvez seja necessário repensar o que é realmente de interesse do público, sob esta ótica de inverter prioridades. A diversidade cultural vivida no atual contexto europeu e português não traria uma ideia de mudança no que seria o interesse do público? Como foi demonstrado na análise dos resultados, os programas são na sua maioria voltados para Portugal e para a Europa. E o Brasil, a África, os imigrantes, não mereceriam maior atenção do programa? Aqui aparece uma limitação deste trabalho. Para saber se as pessoas se sentem reconhecidas é preciso ouvi-las e este trabalho de campo não foi realizado, apesar de não ser, previamente, o objetivo.

Já a questão da representação, que é o ponto mais caro à Nancy Fraser e à paridade participativa, pode-se fazer uma análise do ponto de vista da inserção de pessoas que não costumam ter lugar de fala. Nesta questão específica, os 20 programas analisados se mostraram totalmente desconectados com a ideia de paridade de participação. A maioria homens, todos brancos e portugueses apontam para uma manutenção dos privilégios daqueles que já têm oportunidade de se expressar por outras vias. De toda forma, vale ressaltar os pontos positivos encontrados nesta pesquisa. Qual outro programa colocaria oito escritores para falar durante duas horas em horário nobre da televisão discutindo questões sobre a identidade de Portugal? Ou mesmo, neste caso uma clara inversão de prioridade e tentativa de promover paridade de participação, qual programa colocaria estudantes no palco principal, e especialistas na plateia para falar sobre mudanças climáticas? Dentro da grelha de programação dos canais principais de televisão em aberto, o *Prós e Contras* é um dos programas que mais se preocupam com a democracia e com a inclusão cidadã.

Este trabalho propõe apenas uma reflexão, sob o ponto de vista do conceito de paridade participativa e da própria ideia de sistema público de comunicação, que pense em inserir mais vozes ao debate. Se se fala da saúde pública, porque não escutar os utentes do Sistema Nacional de Saúde, ou os imigrantes, que também utilizam este serviço? Porque não olhar mais para a África e para o Brasil, como sugeriu António Lobo Antunes? Porque não inserir os negros e imigrantes no debate? Será que a proporção de homens especialistas é 80% para 20% em relação às mulheres, para haver uma distância tão grande entre sexos nos convidados? Estas são algumas reflexões que ficam como pistas para um desenvolvimento futuro.

Bibliografia

Antunes, A. L. (2019, Junho 10). Entrevista com António Lobo Antunes. (F. C. Ferreira, Interviewer)

Bourdieu, P. (1997). *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar.

Campello, F. (2012). Axel Honeth e la renovacion de la teoria crítica. *Diálogos de pensamiento Crítico*, pp. 103-116.

Carvalho, A. A. (2009). *A RTP e o Serviço Público de Televisão*. Coimbra: Almedina.

Conde, N. (2019). O papel do Estado Português nos Media (1974-2014). In R. Figueiras, & N. Ribeiro, *O Setor dos Media no Espaço Lusófono*. Lisboa, Portugal: Universidade Católica Editora.

Costa, P. (Director). (2019). *Democracia em Vertigem* [Motion Picture].

Duarte, J. (2011). Sobre a emergência do(s) conceito(s) de comunicação pública. In M. M. Kunsch, *Comunicação pública, sociedade e cidadania* (pp. 121-134). São Caetano do Sul, São Paulo, Brasil: Difusão.

Esteves, J. P. (2016). *Sociologia da Comunicação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

ERC. (2016). *erc.pt*. Retrieved Fevereiro 21, 2019, from <http://www.erc.pt/download/YToyOntzOjg6ImZpY2hlaXJvIjtzOjM4OiJtZWRpYS9lc3R1ZG9zL29iamVjdG9fb2ZmbGluZS85NS4yLnBkZiI7czo2OiJ0aXR1bG8iO3M6NTA6ImF1ZGl0b3JpYS1hLVVtcHJlc2EtY29uY2Vzc2lvbmFyaWEtZG8tc2Vydmljby1wdWJsIj9/auditoria-a-empresa-concessionaria-do-servico-publ>

ERC. (2018). *erc.pt*. Retrieved março 16, 2019, from [erc.pt](http://www.flipsnack.com/ERCpt/erc-relat-rio-regula-o-2018-fci0rmpx2/full-view.html): <https://www.flipsnack.com/ERCpt/erc-relat-rio-regula-o-2018-fci0rmpx2/full-view.html>

ERC. (2019). *erc.pt*. (E. R. Social, Producer) Retrieved junho 3, 2019, from [erc.pt/sobre-a-erc](http://www.erc.pt/pt/sobre-a-erc): <http://www.erc.pt/pt/sobre-a-erc>

Ferreira, F. C. (2019, Dezembro 5). Entrevista realizada com Fátima Campos Ferreira em dezembro de 2019. (R. G. Melo, Interviewer)

Fraser, N. (2007). Reconhecimento sem ética? *Lua Nova* (70), 101-138.

Fraser, N. (2009). Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado. *Lua Nova* (77), 11-39.

Fraser, N. (2000). Rethinking Recognitions. *New Left Review* (3), 107-120.

Habermas, J. (1984). *Mudança Estrutural na Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Gomes, I. M. (2011). Metodologia de análise de telejornalismo. . In I. M. Gomes, *Gênero televisivo e modo de endereçamento no telejornalismo* (pp. 17-47). Salvador: EDUFBA.

Honneth, A. (2003). *Luta por reconhecimento - A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34.

Koçouski, M. (2013). Comunicação pública: construindo um conceito. In H. Matos, *Comunicação pública interlocuções, interlocutores e perspectivas* (p. 288). São Paulo, São Paulo, Brasil: ECA/USP.

Kunsch, M. M. (2013). Comunicação pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas. In H. Matos, *Comunicação pública interlocuções, interlocutores e perspectivas* (p. 288). São Paulo, São Paulo, Brasil: ECA/USP.

Lopez, J. C. (2012). Propuesta General de Comunicación Pública. *Strategy Manager Business Review* , 3 (2), pp. 1-17.

Lopes, F. (2005). Os donos dos *plateaux* da informação semanal da TV Generalista. 4º SOPCOM. Aveiro.

Lopes, F. (2008). *A TV do Real. A Televisão e o Espaço Público*. Coimbra, Portugal: Minerva Coimbra.

Lopes, F., Loureiro, L., Neto, I., & Ribeiro, F. (2012, Setembro-Novembro). A TV portuguesa à procura de cumprir uma promessa de participação . *Nueva Época* , 87-98.

Lopes, M. Público. (2018, setembro 28). *publico.pt*. Retrieved setembro 10, 2019, from *publico.pt*: <https://www.publico.pt/2018/09/28/politica/noticia/rtp-acaba-com-programa-pros-e-contras-em-dezembro-1845628>

Matos, H. (2007). Comunicação pública, esfera pública e capital social . In J. Duarte, *Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público* . São Paulo: Atlas.

Matos, H. (2013). *Comunicação pública : interlocuções, interlocutores e perspectivas*. São Paulo, São Paulo, Brasil: ECA/USP.

Nobre, H. H., & Filho, J. A. (2016, Setembro-Dezembro 25). A Participação na Comunicação Pública: para além do consenso. *Revista Observatório* , 2 (5), pp. 383-407.

Portugal, G. d., & RTP. (2015, Março 6). *rtp.pt*. Retrieved maio 23, 2019, from *media.rtp.pt*: <http://media.rtp.pt/empresa/wp-content/uploads/sites/31/2015/07/contratoConcessao2015.pdf>

Rocha, E. (2008). *ipea.gov.br*. Retrieved agosto 12, 2019, from *desafios2.ipea.gov.br*: http://desafios2.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/outras_pesquisas/a%20constituio%20cidad%20e%20a%20institucionalizao%20dos%20espaos%20de%20participao%20social.pdf

Rose, D. (2000). Análise de Imagens em Movimento. In M. W. Bauer, & G. Gaskell, *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som - Um Manual Prático*. Petrópolis: Editora Vozes.

Santos, B. S. (2016). *A difícil democracia – reinventar as esquerdas*. São Paulo: Boitempo.

Schwarcz, L. M. (2019). *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras.

Sen, A. (2010). *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.

Silveirinha, M. J. (2005). Democracia deliberativa e reconhecimento: repensar o espaço público. *Revista de Comunicação e Linguagem*.

Unesco. (2000). *unesco.org*. Retrieved Maio 21, 2019, from [unesdoc.unesco.org](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000124058/PDF/124058eng.pdf.multi):
<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000124058/PDF/124058eng.pdf.multi>

Valente, J. (2009). Concepções e abordagens conceituais sobre sistema público de comunicação. In V. Autores, *Sistemas públicos de comunicação no mundo - Experiências de doze países e o caso brasileiro*. São Paulo: Paulus, Intervozes.

Valente, J., & Azevedo, F. (2009). Sistema Público de Comunicação de Portugal. In V. Autores, *Sistemas públicos de comunicação no mundo - Experiências de 12 países e o caso brasileiro*. São Paulo: Paulus, Intervozes.

Vários autores. (2009). *Sistemas Públicos de Comunicação no Mundo: A Experiência de Doze Países e o Caso Brasileiro*. São Paulo, Brasil: Paulus, Intervozes.

Wemans, J. (2017). *rtp.pt*. Retrieved dezembro 1, 2018, from [media.rtp.pt](http://media.rtp.pt/empresa/provedores/propositos-do-provedor/):
<http://media.rtp.pt/empresa/provedores/propositos-do-provedor/>

Corpus de Análise

RTP. (2019). *rtp.pt*. Retrieved agosto 2, 2019, from [rtp.pt](https://www.rtp.pt/programa/tv/p36653):
<https://www.rtp.pt/programa/tv/p36653>

RTP. (2019). *rtp.pt*. Retrieved setembro 14, 2019, from [rtp.pt](https://www.rtp.pt/play/p5337/e436993/pros-contras):
<https://www.rtp.pt/play/p5337/e436993/pros-contras>

RTP. (2019). *rtp.pt*. Retrieved outubro 14, 2019, from [rtp.pt](https://www.rtp.pt/tv/): <https://www.rtp.pt/tv/>

SIC. (2019). *sic.pt*. Retrieved Outubro 14, 2019, from [sic.pt](https://www.sic.pt/grelha): <https://www.sic.pt/grelha>

TVI. (2019). *tvi.pt*. Retrieved Outubro 14, 2019, from [tvi.pt](https://tvi.iol.pt/programacao): <https://tvi.iol.pt/programacao>

Apêndice I

Transcrição do áudio de entrevista com a jornalista Fátima Campos Ferreira realizada em Lisboa, no dia 05 de dezembro de 2019.

Rafael Guerra – *O meu trabalho tem como objetivo refletir sobre a comunicação pública e participação social, a partir do conceito de paridade participativa proposto por Nancy Fraser, filósofa americana. Para objeto de estudo prático escolhi analisar o Prós e Contras. A escolha se deu de forma pessoal, mas foi embasada a partir de relatórios do ERC que falavam sobre as características do programa, como a garantia de pluralidade de ideias e o estímulo ao exercício da cidadania e da justiça social. O que a senhora tem a falar sobre esta minha escolha?*

Fátima Campos Ferreira - O primeiro relatório da ERC, que surge no meio dos anos 2000, por aí, é um verdadeiro dossiê de análise do Prós e Contras. A filósofa americana tem razão, não há modelos de comunicação perfeitos, se por um lado, a comunicação social, os media, são uma alavanca de democracia e de projeção social das diferentes classes sociais, por outro também tem que escolher, selecionam, estão muito constrangidos por muitas coisas, tem tempos (busca pela audiência), não é o caso do serviço público...

Essa é que é verdade, por um lado os media podem ser uma alavanca da democracia, mas por outro também tem seus próprios constrangimentos. Agora, em todo caso, tem aí um fator muito importante que é o fator cultural. Os países não se regem todos pelos mesmos cânones, pelos mesmos padrões, há países grandes, países pequenos, países que estão regionalizados em autonomias regionais, federalizados, e países que são como Portugal, um país pequeno que tem um poder central, portanto tem uma unidade, que constitui ele próprio uma unidade forte do ponto de vista político, embora com diversidade cultural. Portanto, Portugal talvez seja mais fácil de contribuir com esta democracia, com a democracia nos media, que os media possam exercer democraticamente e pluralmente sua função.

Concordo e discordo dela (Nancy Fraser). Depende da perspectiva.

Os serviços públicos, em particular no novo mundo, nas Américas, os públicos (serviços públicos de comunicação) são nichos. Não é o caso da Europa. Na Europa, os serviços públicos têm muita força, como sabes. A União Europeia, ela própria, contém na sua carta de intenções, a obrigatoriedade dos respetivos países que estão na União Europeia terem os serviços públicos de televisão. Um exemplo: no período da crise das dívidas soberanas, em 2011, a Grécia fechou o seu serviço público, porque não tinha dinheiro para pagar. Teve que fechar, mas voltou a abri-lo, meses depois, obrigado pela União Europeia, justamente porque é um foco de pluralidade e democracia, e, portanto, não é plausível que um país pertencente à União Europeia não tenha um serviço público de televisão.

RG - *Escolhi para este trabalho um recorte dos 20 primeiros programas exibidos em 2019, mas sei da história longa do Prós e Contras...*

FCF - O programa, nos primeiros 10 anos, ganhou tudo que tinha para ganhar de prêmios, de cidadania, da associação dos telespectadores, de pequenas corporações e associações, ganhou tudo e pronto, agora está estabilizado, em velocidade de cruzeiro, e somos muito solicitados. Eu sou muito solicitada para trabalhos na sociedade. (trabalhos) de moderação, de explicitação. Um exemplo: vou muitas vezes a tribunais, e quando chego lá sou consultora dos juízes para outras matérias, de media. Os juízes muitas vezes chamam-me para consultar em questões de media. O programa tem tido, portanto, uma vida bastante aberta à sociedade, tem sido um poder moderador da sociedade. O programa tem hoje um forte poder de convocatória. Consegue convocar a sociedade. A sociedade irrita-se se houver um assunto que o programa não trate. Irrita-se e fica, `como é que é?`. Já é obrigatório. E ao mesmo tempo, o programa exerce, com este poder de convocatória fácil que tem, um poder moderador nos grandes conflitos sociais e nas grandes fraturas sociais. É como uma panela de pressão que vai libertando o ar para que não exploda. Vai dando possibilidade, que os vários atores e protagonistas que estão em diferendo... a eutanásia ... em Portugal tem havido fraturas enormes na sociedade sobre a interrupção voluntária da gravidez... fizemos cinco programas seguidos sobre isso, com gente diferente. Justamente para dar, este é um bom exemplo, uma multitude de opiniões, para representar grupos sociais e gastar quase as figuras de referência do País todas. Fizemos cinco semanas seguidas sobre a interrupção voluntária da gravidez. Isto tem acontecido em todos problemas fraturantes. Casamentos de pessoas do mesmo sexo, igualdade de gênero. Agora também a mudança de gênero a partir dos 16 anos. A eutanásia eu

já fiz várias vezes. E vou voltar a fazer porque são assuntos tão de fundo, que estruturam a sociedade.

Portanto, estas grandes questões sociais, estão sempre presentes no programa, como estão coisas tão simples como o amor. A importância do amor, já fiz um programa sobre isso. A importância do beijo. Os diferentes ângulos que interferem num beijo. As vezes vou aos nadas, às coisas que são nadas e levanto programas a partir daí. Obviamente que a política, a economia, questões agora da ordem ambiental, que estão na ordem do dia.

RG - *O programa sobre o meio ambiente, um dos que foram analisados na minha pesquisa, propôs uma inversão de papéis e fez muito sentido dentro da ótica da paridade participativa...*

FCF - Colocamos os pequenos em cima. Mas eu tenho algum receio, e tento fazê-lo de uma forma muito equilibrada, não ir completamente à... agora está aqui a Greta (Thumborg), há quem pense que eu poderia fazer um programa, não calma, deixe ela ir à Madrid, agora vou fazer a Cannabis, sabes que a cannabis vai ser o lítio da medicina. O lítio está para as energias, como a cannabis para a medicina. O produto do futuro. O lítio é o mineral e a cannabis vai ser a planta medicinal por excelência. Há já em Portugal grandes produções de cannabis, estão para ser licenciadas cada vez mais, e há um outro assunto que está a entrar, diferente, na discussão social, mas que já está a chegar no parlamento, que é transversal aos partidos, que não tem direita nem esquerda, que é o uso da cannabis para fins recreativos. E, portanto, eu vou utilizar este tema da cannabis, vamos tê-lo na agenda, porque o programa já se permite isso. Porque já se permite ele próprio de criar pontos de focos de interesse que a sociedade ainda não entrou bem, mas é preciso explicar o que é que vem aí. Estar em cima, ir um bocadinho em frente.

Portanto, o programa é muito eclético, mas tem a duração de um programa de televisão, estamos a falar de um programa que tem 50 + 50, às vezes, com muito esforço, eu consigo uns minutos mais, dependendo dos temas. Eu tenho que depois, dentro daquele tempo...

RG - *(intervenção minha sobre a participação da plateia no programa exibido no dia 02/12/2019)*

FCF - Ana Maria, a peixeira... às vezes é simbólico. A dona Ana Maria, que é peixeira e vendedora de um Mercado, que não é apenas um mercado, mas que é uma instituição no Porto, falar do Porto, sem falar do Bolhão, não é possível. O Bolhão é um mercado muito antigo e que está em obras, vai surgir algo novo, mas vão manter ali um grupo... As pessoas do Bolhão, aquele tipo de pessoa também faz parte. Aí está a democracia, é preciso fazer a democracia ai. Eu tinha lá um enorme artista e intelectual, o Pedro Abrunhosa, que é um erudito, já tocou com os melhores do jazz do mundo inteiro, um autor fora de série e é um pensador. É um tipo que escreve, que pensa, muito culto, o Porto estava bem defendido deste ponto de vista, além de que tinha a vice-reitora da Universidade do Porto, que é uma pessoa da área da cultura também. Eu tinha a obrigação de se fazer representar estes pequenos nichos, que são o Bolhão, com uma mulher mais velha (Ana Maria) e um rapaz mais novo, amolador. Uma socióloga das culturas undergrounds, o Daniel Pires que tem um bar de intervenção cultural ativo, as senhoras que faz os roteiros das livrarias, que é uma coisa muito própria do Porto. É preciso discernir, discernir em português acho que é um palavra muito importante, porque discernir significa interpretar para escolher e obviamente que ali, em todos os programas há uma escolha pessoal, da coordenação, que sou eu, e admito que, umas vezes podia ser pior, as vezes melhor. Ao fim de 17 anos isto está muito longe de ser perfeito. É uma coisa muito imperfeita, mas que cujo foco essencial é a democracia, essa pluralidade de ângulos e opiniões e de classes sociais e pluralidade de ideias. Esse é que é o foco essencial.

Qualquer área pela qual eu me movo eu tento dar esta pluralidade de ideias. Vou dizer que não tenha feito um ou outro programa, com um grupo de intelectuais, que são tão referentes que não meto plateias. Fernando Henrique Cardoso, Manuels Castels, Jorge Sampaio, ex-presidente da república, António Damásio, grande neurocientista português, fiz um programa só com eles e não julguei necessário mais público. As vezes não vejo necessidade de ter a plateia (a participar do debate). Normalmente trato de assuntos de relevância, transversais à sociedade, o auditório... o auditório, creio que nos programas de entretenimento, tem vindo a perder interesse, porque a tendência nos programas de entretenimento são os big Brothers e os reality shows, um coisa mais fechada, mas eu penso que na informação, o auditório permite este lado democrático, de uma forma existente ali na frente e direta. Consigo exercer de uma forma mais clara a democracia num auditório, do que estar a editar as imagens. Porque aí tenho que, obviamente, mais uma vez seleccionar ... em direto eu tenho que aceitar o que diz a

dona Ana. Não há maneira de editar, ela está ali, disse um palavrão, disse, está dito, é uma partícula de realce, como disse o Ricardo Ribeiro – ele vai chegar a ser um Chico Buarque português. É um sábio.

RG – *Nos vinte programas analisados, a presença masculina é muito maior que a feminina...*

FCF - A minha grande preocupação, hoje e sempre, é trazer as mulheres para o debate público. Nestes últimos 17 anos tem sido um esforço enorme, as mulheres já vêm agora com muita facilidade, mas antes não vinham. Pode ser uma casualidade que haja mais homens, e é natural que sim, mas esta é uma das grandes guerras do programa é arrastar as mulheres para o debate público. E vamos conseguindo, não digo que seja fácil, porque isto são séculos de desigualdade de gênero e, portanto, temos esta dificuldade. Estamos a tentar cada vez mais, e hoje já consigo razoavelmente, sobretudo em programas sobre educação, sobre saúde, já estão em maioria, até.

RG - *(intervenção minha sobre a presença da Ministra da Saúde de Portugal em dois programas de 2019)*

FCF - Felizmente ela tem ido ao debate. Gostaria de salientar que uma coisa que tem a ver com a pluralidade do programa e aquilo que são as novas realidades sociais, estou a falar da revolução tecnológica que está em cima de nós, a revolução digital que estamos a viver. As redes sociais, as formas como hoje a sociedade se expressa, está constituída e comunica-se entre si. É muito diferente eu fazer hoje o programa ao fazer o programa 17 anos atrás quando eu comecei.

Comecei com um grande esforço de trazer justamente todos os ângulos à debate, muito mais masculinos, porque as mulheres tinham receio do espaço público. Se porventura (uma mulher) correr-se mal no debate isto seria mais negativo e teria mais impacto na sua carreira profissional em uma mulher do que em um homem. Ha 17 anos era assim, hoje, felizmente, não é. As coisas ainda não estão equilibradas, mas estão muito mais equilibradas.

Em todo caso, hoje é muito difícil a exposição pública. Estar a fazer este debate hoje, considero que é um risco acrescido. É muito difícil trabalhar quando tu tens em simultâneo as

redes sociais a fazer outros debates paralelos, sem gatekeepers, sem nenhum filtro, muitas vezes sem nenhum espírito verdadeiramente crítico, com um espírito de massa. ... se tem um comentário negativo, logo a seguir aparecem mais 10, mas se vem um comentário positivo, a mesma coisa sucede... Portanto há aqui um espírito de corrente, que funciona nas redes sociais e as redes sociais são muito negativistas, estão sempre muito disponíveis para a crítica pejorativa, para um insulto. (as redes sociais) têm uma capacidade muito curta de interpretação, verdadeira interpretação do que viram ou do que está em causa. Muitas vezes se um interpretar mal, os 50 que vêm a seguir vão seguir esta interpretação, e digamos que isso requer daquele programa hoje um esforço de exposição e uma coragem que eventualmente não seria necessária há 17 anos. Isto tem a ver com o espírito do tempo, com o fato de que as redes sociais tenham propiciado que cada um possa dizer o que lhe prover, sem qualquer filtro.

É o que é. Portanto é assim que trabalho.

Eventualmente a minha resistência tem a ver com o fato de eu ter uma carreira longa, ter hoje uma viagem profissional de conhecimento e de jornalismo, de resistência psicológica que me permite de coordenar e estar à frente de um projeto desta envergadura. Eventualmente penso nisto, se eu fosse hoje muito jovem hoje, seria um projeto inviável. Acredito que não teria a mesma capacidade de resistência. É me mais fácil hoje. Fiz muitas coisas antes, apresentei os telejornais. Esta viagem profissional me propicia estar hoje nesta exposição e tentar todos os equilíbrios possíveis. Eu sou muito monitorizada. Eu não tenho só a ERC. Eu tenho um provedor do telespectador, tenho um conselho de opinião na empresa. E tenho este mar de rede sociais. E tenho os meus parceiros, meus pares, meus colegas. Há uma monitorização muito forte sobre aquilo que é o trabalho de uma pequena equipe, uma equipe de três pessoas, incluindo a mim nestas três pessoas. Quatro, na realidade são quatro. Esta equipa mínima é que tem que correr semanalmente estes riscos. Isto não é pera doce. Obviamente que esta experiência possibilita que isto ocorra.

Sobre a monitorização, eu sou muito atenta a ela, leio todas as críticas, mesmo as mais descabeladas, nem mereceriam se quer que eu as lesse, mas eu leio para perceber até que ponto vai a falta de noção das coisas. Leio tudo, as críticas pessoais que me fazem, tudo. E tento, muitas vezes, equilibrar o máximo que eu posso, com estas críticas também. Não há

assuntos perfeitos, não há matérias perfeitas, não pessoas perfeitas e, o programa, obviamente, é uma tentativa de colocar todas as semanas em antena um tema que é de interesse do público, de interesse social, e que falo com a maior honestidade e integridade possível. Por muito problemas e defeitos que tenha, e o primeiro eu já estou a ser sincera, é uma equipe mínima, porque é como podemos trabalhar, (...) não tiramos meios técnicos da cartola, portanto eu faço aquilo nos mínimos. Agora, faço com uma profunda consciência do exercício democrático, da necessidade de pluralizar o mais possível os ângulos em que toco, em que mexo, e com a minha integridade e consciência profissional que fui consolidando ao longo dos anos. Consolidando nesta vertente, fazendo o mais possível, e tendo a noção completa que este mais possível é sempre menos.

RG – *Como a senhora vê a existência do Prós e Contras no horário nobre em comparação com a programação das outras emissoras de televisão aberta?*

FCF - O equilíbrio que eu tento fazer ali, pois também trata-se de um jogo de equilíbrio e de bom senso, com os filtros de um jornalista, permite que eu coloque em confronto, questões muito sérias, como o Serviço Nacional de Saúde, e a Ministra da Saúde foi lá duas vezes em pouco tempo em confronto com os seus principais críticos, ou homem do governo que está na questão do lítio, que é um plano muito importante hoje em Portugal, com as populações. Ela vai, ele vai, e enfrentam a população no meu programa, eu penso que é um caso único, e não só em Portugal, acho difícil encontrares isto em outros lugares. Esta talvez seja a minha coroa de glória. Se tiver que ter alguma, é esta noção de equilíbrio que eu tento exercer e a capacidade de segurar as partes, moderar as partes. Penso que estes dois poderes que nomeei há pouco, o poder de convocatória e o poder moderador da sociedade são os mais importantes que o programa tem.

Poder de convocatória – que eles venham. Tu podes ter todos os espaços, mas eles não vêm, porque não confiam. Eu e o programa temos este poder de convocatória. Eles vêm. Porque apesar de saberem que vai ser muito difícil, está ali um exercício de moderação do público que vai permitir que as partes tenham seus espaços.

O programa põe as pessoas para pensar. Faz com que reflitam. Não espaço de reflexão hoje em parte nenhuma. A reflexão hoje é imediata e vertida nas redes sociais de forma catártica, o

programa tenta que haja possibilidade de diversificar as opiniões sobre determinado ângulo e pôr as pessoas para pensar em casa. Os que conseguem fazê-lo.

RG – *Em entrevista feita pela senhora e levada ao ar no Prós e Contras, o escritor António Lobo Antunes afirma que Portugal está mais próximo da África e do Oceano Atlântico do que da Europa. Nos 20 programas analisados, os temas foram na sua maioria, sobre Portugal ou sobre Portugal voltado para a Europa. O que a senhora tem a dizer sobre isso?*

Eu só sobrevivo neste programa porque a empresa está me dando possibilidade de fazer aquilo que mais gosto, que é a minha matriz, a conversa intimista. E dentro desse espírito eu já entrevistei diversas vezes o António Lobo Antunes em longas conversas. Este é um pequeno trecho que ele diz que Portugal está mais distante da Europa e mais próximo da África.

Eu já fiz programas no Brasil, já fiz programa em Angola, em Macau, depois da passagem para China. Já fiz programas sobre Angola em Portugal. Eu importo-me com as questões Africanas. Quanto ao Lobo Antunes, penso que Portugal hoje é muito europeu. É impossível não o ser, porque estamos ligados umbilicalmente à União Europeia. Todas as nossas leis e normas são alinhadas com a União Europeia, até com uma perda de soberania. Em todo caso, Portugal é, talvez, dos países europeus, talvez não, com certeza, o que mais tem relação com África. Portugal se calhar tem uma parte na Europa e uma parte em África. E quando digo em África, chamo atenção para o triangulo virtuoso. Que para nós é importante, mas eu sei que para os brasileiros não é na mesma medida. O que chamo de triangulo virtuoso, e não sou só eu que chamo, é Portugal, África e Brasil. Nós damos muita atenção ao Brasil em Portugal. Sempre demos e continuamos a dar. Muitas vezes a política brasileira é muito mais noticiada em Portugal do que a política europeia. Isto denota a importância que Portugal dá ao Brasil. Mais para o Brasil do que para a África, apesar de Angola ser um país para o qual Portugal está muito vocacionado, até por razões comerciais está muito ligado.

Em todo caso, António Lobo Antunes tem as suas opiniões. Penso que o que ele quer dizer é que psicologicamente não somos bem europeus, somos um bocadinho mais africanos. Ao fim e ao cabo, somos um povo de charneira. Temos características africanas e estamos tentando

nos adaptar às regras europeias. E pronto, penso que esta é uma característica que nos diferencia na Europa. É muito positivo para nós.